

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



Planejamento
Estratégico
2021-2026



BIÊNIO 2020 - 2022

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis

Corregedora-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Desembargadora Nélia Caminha Jorge



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
METODOLOGIA	6
PARTES INTERESSADAS	7
DIRECIONADOR ESTRATÉGICO (2021 – 2026)	8
MAPA ESTRATÉGICO	11
ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	11
PERSPECTIVA SOCIEDADE.....	11
Macrodesafio 1 – Garantia dos Direitos Fundamentais.....	11
Iniciativas – Garantia dos direitos Fundamentais	12
Projetos – Garantia dos direitos Fundamentais	12
Indicadores – Garantia dos direitos Fundamentais	56
Macrodesafio 2 – Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade ...	56
Iniciativas – Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade.....	57
Projetos – Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade.....	57
Indicadores – Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade.....	59
PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS.....	61
Macrodesafio 1 – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	61
Iniciativas – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.....	61
Projetos – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.....	62
Indicadores – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.....	69
Macrodesafio 2 – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa	73
Iniciativas – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.....	73
Projetos – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.....	73
Indicadores – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.....	75
Macrodesafio 3 – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.....	79
Iniciativas – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.....	79
Projetos – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.....	79
Indicadores– Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.....	81
Macrodesafio 4 – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios	85
Iniciativas – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.....	85



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projetos – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.....	85
Indicadores – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.....	88
Macrodesafio 5 – Promoção da sustentabilidade.....	92
Iniciativas – Promoção da sustentabilidade	92
Projetos – Promoção da sustentabilidade	93
Indicadores – Promoção da sustentabilidade.....	100
Macrodesafio 6 – Aprimoramento da gestão da justiça criminal	101
Iniciativas – Aprimoramento da gestão da justiça criminal.....	101
Projetos – Aprimoramento da gestão da justiça criminal.....	102
Indicadores – Aprimoramento da gestão da justiça criminal.....	106
Macrodesafio 7 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	110
Iniciativas – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.....	110
Projetos – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.....	111
Indicadores – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.....	115
PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	116
Macrodesafio 1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	116
Iniciativas – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.....	117
Projetos – Iniciativas – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.....	117
Indicadores – Iniciativas – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.....	124
Macrodesafio 2 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	128
Iniciativas – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.....	128
Projetos – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.....	128
Indicadores – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.....	130
Macrodesafio 3 – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.....	133
Iniciativas – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.....	133
Projetos – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.....	134
Indicadores – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.....	152



APRESENTAÇÃO

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo de gestão 2021-2026 está definida na Resolução CNJ N.º 325, de 29 de junho de 2020, e os tribunais tem até 30 de junho de 2021 para elaborar seu planejamento estratégico e se alinhar à estratégia nacional.

Considerando a necessidade do Poder Judiciário do Estado do Amazonas em desdobrar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional 2021-2026 conforme a Resolução 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, foi construído o Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJAM, que teve como finalidade demonstrar as principais diretrizes das administrações nos próximos seis anos.

Importante ressaltar que os macrodesafios foram definidos com intensa participação dos órgãos do Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança, coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça e supervisionada pelos Conselheiros da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.

Nesse plano foram contemplados: missão, visão, valores, perspectivas, macrodesafios, iniciativas, projetos, indicadores estratégicos e metas.

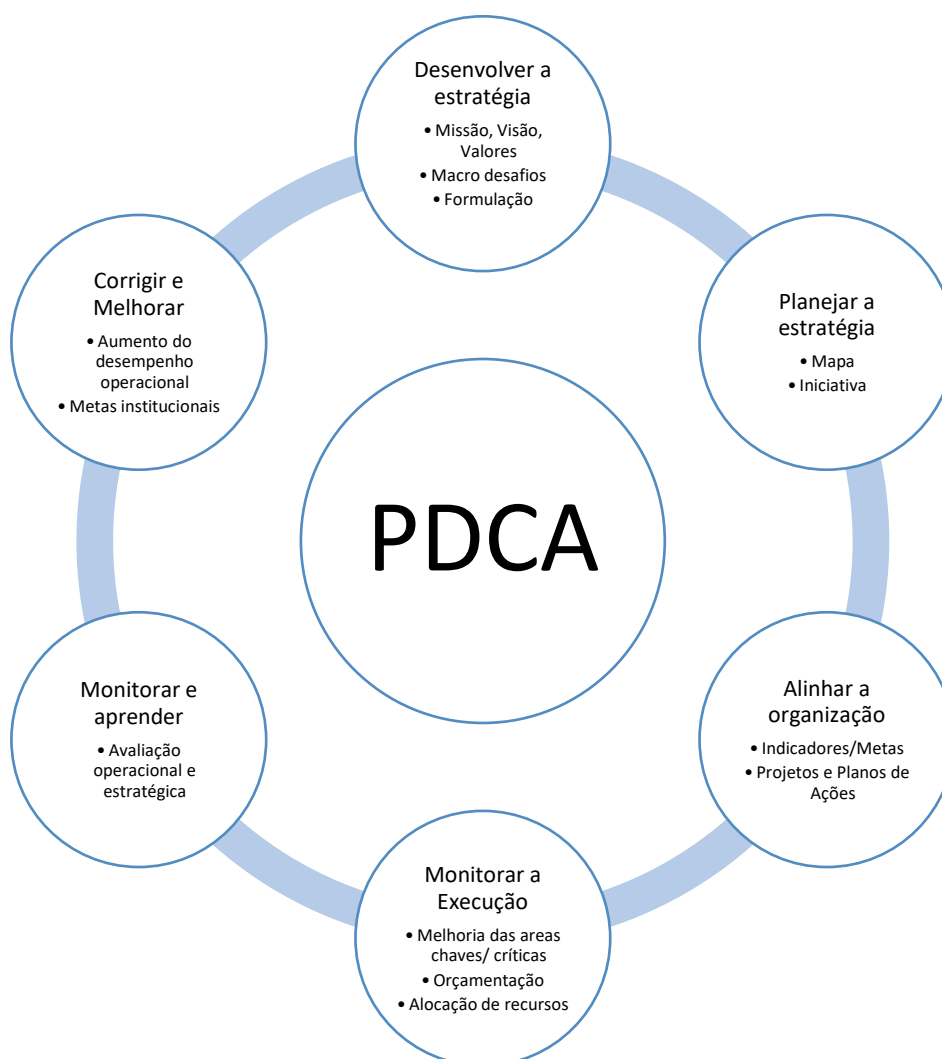
Importa ressaltar que o Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando.

Essa ferramenta de gestão está relacionada aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. Mas, aplicada isoladamente, é insuficiente, pois não se trabalha apenas com ações imediatas e operacionais: é preciso que, no processo de planejamento estratégico, sejam elaborados de maneira integrada e articulada todos os planos táticos e operacionais do TJAM.



Entretanto, nenhum planejamento é definitivo e estático. Faz-se necessário que seja periodicamente revisado, a fim de adequar-se ao momento da instituição e incorporar melhorias, se necessário.

METODOLOGIA



O processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 teve início a partir da proposição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o Sexênio, seguindo as recomendações pautadas nas diretrizes estabelecidas na Resolução nº 325 de junho de 2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Como etapa relevante da elaboração deste documento foram realizadas reuniões, pesquisas, debates, análise documental e análises de cenários nos quais



foram identificados pontos fortes e pontos fracos, além disso foram levantados aspectos que podem impactar na melhoria contínua das atividades, a fim de possibilitar mais acesso, agilidade e efetividade ao jurisdicionado. Buscou-se ouvir o público interno, servidores envolvidos na atividade meio e na atividade fim, comitês, subcomitês, magistrados de primeira e segunda instância, bem como o público externo, o que sem dúvida confere maior legitimidade ao documento apresentado.

Uma das grandes preocupações ao iniciar a elaboração do Plano, foi ouvir a opinião da sociedade, especialmente no que diz respeito à satisfação e a efetividade das ações. Assim, como instrumento de apoio no processo de construção da estratégia, foi realizada pelo TJAM consulta pública de ampla abrangência, com o objetivo de coletar opiniões e sugestões para a formulação do plano para o ciclo 2021-2026.

A pesquisa foi amplamente divulgada e contou com a participação de 261 pessoas, sendo 24 magistrados, 82 servidores e 155 cidadãos. Estes responderam 18 perguntas através de questionário disponibilizado no portal do TJAM.

O plano foi constituído pelos princípios estratégicos a saber:

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Atributos de Valor: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

Ademais, o Planejamento Estratégico foi estruturado a partir de três perspectivas: sociedade, processos internos, e aprendizado e crescimento, além de doze macrodesafios, desdobrados em iniciativas e projetos que serão monitorados através de indicadores de desempenho, representados por ações, metas, objetivos e diretrizes, voltados a cumprir a missão institucional de realizar justiça.

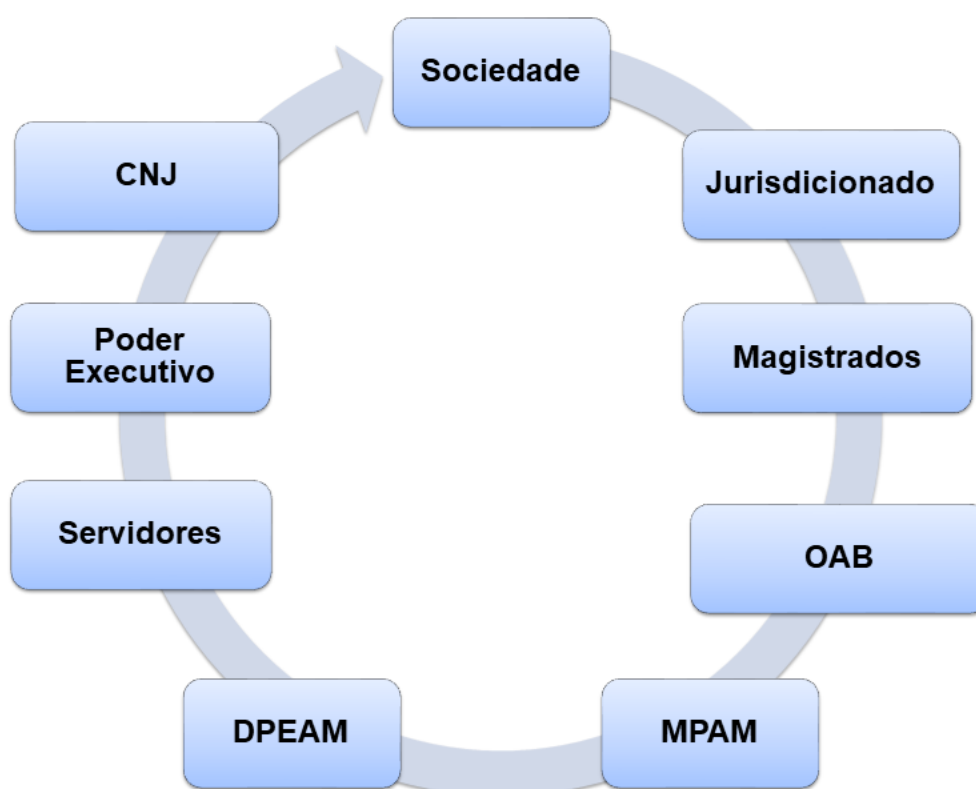
PARTES INTERESSADAS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

A base de um bom plano é a possibilidade de adequá-lo e adaptá-lo sempre que necessário. Nenhum planejamento deve engessar uma instituição, do contrário, deve guiá-la como um parâmetro. Desse modo, o Planejamento Estratégico 2021-2026 foi elaborado de acordo com as necessidades e compromissos da instituição. Bem como com os interesses da Gestão, sendo desdobrados em Projetos, e Planos de Ação.

O Plano Estratégico 2021-2026 também levou em consideração os diversos grupos de interesse, definidos como:



DIRECIONADOR ESTRATÉGICO (2021 – 2026)



MISSÃO

A Missão institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas é a de Realizar Justiça.

VISÃO

A Visão de futuro do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas é promover um Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

ATRIBUTOS DE VALOR

- Acessibilidade;
- Agilidade;
- Credibilidade;
- Eficiência;



- Ética;
- Imparcialidade;
- Inovação;
- Integridade;
- Segurança Jurídica;
- Sustentabilidade;
- Transparência;
- Responsabilização.

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico é uma representação visual da estratégia da organização. O Mapa explicita os objetivos estratégicos, os macrodesafios, e como eles se articulam para levar ao cumprimento da Visão e da Missão do TJAM.

Esses desafios são estruturados com relação de causa e efeito entre si, permitindo a identificação dos impactos que um determinado resultado gera ou recebe, criando um raciocínio lógico da estratégia.

Salienta-se que o mapa elaborado seguiu a metodologia definida pelo Conselho Nacional de Justiça. No Mapa Estratégico a seguir estão dispostos todos os objetivos estratégicos definidos pelo TJAM, agrupados por tema, cada qual relacionado a uma perspectiva: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.



ESTRUTURA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio 1 – Garantia dos Direitos Fundamentais

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a



todos.

Iniciativas – Garantia dos direitos Fundamentais:

- Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar;
- Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;
- Impulsionar e estimular ações sociais voltadas à população carcerária;
- Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude;
- Promover a acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição;
- Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos;
- Promover sólidas campanhas de educação e de promoção aos remédios constitucionais de defesa dos direitos individuais e coletivos.

Projeto 1

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.	
Projeto:	Implantação de legendas e audiodescrição.
Metodologia:	Através das Diretrizes da Resolução CNJ nº 230/2016 que Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 – entre outras medidas – da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	convolação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009.
Finalidade/ Objetivo:	Desenvolvimento de conjunto de sistemas computacionais, aplicativos e sistemas web, ou sistemas de edição que serão agregados no site do tribunal, possibilitando uma tecnologia assistiva.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Adequação conforme o Art.10º, inciso XXI da resolução 230/2016 do CNJ, que orienta a respeito da utilização de “..legenda, audiodescrição e comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, entre ela propagandas e pronunciamentos, vídeos educativos e reuniões’ ’.

Projeto 2

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.	
Projeto:	Contratação de Intérprete de libras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Através de Elaboração dos Estudos Preliminares incluindo previsão e estimativa de valores de contrato; elaboração de Termo de Referência com detalhamento acerca da contratação, forma de prestação de serviço, obrigações das partes, condições de pagamento; abertura de procedimento. Atentar para o atendimento das diretrizes preconizadas na Resolução CNJ nº 230/2016 que orienta a adequação e atendimento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015; e Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009.
Finalidade/ Objetivo:	Reduzir as barreiras de comunicacionais dentro da Instituição, propiciando um ambiente com atendimento acessível, assegurando o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Adequação conforme resolução do CNJ 230/2016, Art. 10º, § 1º, onde orienta que poder judiciário deverá dispor de, pelo menos, 5% de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação de libras.

Projeto 3

Iniciativa: Promover a acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Projeto:	Inclusão de Mapa Tátil – Recepção Fóruns
----------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Através das Diretrizes da Resolução CNJ nº 230/2016 que Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 – entre outras medidas – da convolação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009 - na utilização de caracteres em relevo, braile ou figuras em relevo para auxiliar as pessoas cegas ou de baixa-visão a se orientarem conforme a NBR 9050/2004 e na EMENDA de 03/08/2020.
Finalidade/ Objetivo:	Reduzir barreiras Comunicacionais em relação as pessoas cegas ou com baixa visão, sejam elas servidores ou público externo, conforme resolução do CNJ 230/2016
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Implementar mapa tátil, com objetivo de torna o ambiente acessível para pessoas cegas ou com baixa visão.

Projeto 4

Iniciativa: Promover a acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Projeto:	Implementação/Adequação de balcões adaptados.
----------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Através das Diretrizes da Resolução CNJ nº 230/2016 que Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 – entre outras medidas – da convocação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009. Art. 21 da Lei 10.048/2000 - os balcões de atendimento e as bilheterias em edificação de uso público ou de uso coletivo devem dispor de, pelo menos, uma parte da superfície acessível para atendimento às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
Finalidade/ Objetivo:	Redução de barreias arquitetônicas, que impedem a livre autonomia da pessoa com deficiência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Adequação conforme resolução 230/2016 do CNJ, Art. 4º §2º, onde orienta que "as edificações públicas devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços."

Projeto 5

Iniciativa: Promover a acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Projeto:	Melhorias Arquitetônica com Adaptações Acessíveis.
----------	--



Metodologia:	Através das Diretrizes da Resolução CNJ nº 230/2016 e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009. Na eliminação de barreiras arquitetônicas, em especial atender a metodologia da NBR 9050/2004, que estabelece padrão de acessibilidade por meio de diretrizes pertinentes ao desenvolvimento nas vagas de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida e idosas; adequação dos banheiros, pavimentos; instalação de corrimãos em escadas, guarda –corpo, rampas e vias de acesso entre outros.
Finalidade/ Objetivo:	Promover adaptação do espaço físico internos e externos, conforme a orientação da NBR-9050, no que tange a necessidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Propiciar um ambiente mais inclusivo, eliminando as barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios públicos que impeçam a plena autonomia, e liberdade da pessoa com deficiência.

Projeto 6

Iniciativa: Promover a acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Projeto:	Circuito de Acessibilidade.
----------	-----------------------------



Metodologia:	Celebração de parcerias com órgãos Estaduais, Municipais voltados para o desenvolvimento de ações em torno dos eixos da prevenção, informação e promoção da pessoa com deficiência; celebração de acordos de cooperação com outros órgãos para a troca de experiências, apoio e convergência de esforços que visem a conscientizar, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência; conforme Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 e a 230/2016 do CNJ.
Finalidade/ Objetivo:	Abordar a temática Acessibilidade, especificamente no que tange as barreiras atitudinais através de programas e práticas de sensibilização.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Propiciar um ambiente mais inclusivo, com respeito as diferenças e diversidade, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência no âmbito Institucional.

Projeto 7

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Encontrar Alguém. (Juizado da Infância e Juventude Cível e COIJ).
----------	---



Metodologia:	A Busca Ativa será realizada pela equipe de assistentes sociais da Vara da Infância e Juventude Cível, visto ser essas profissionais que fazem o cruzamento de informações das crianças disponíveis e casais habilitados judicialmente. Identificadas as crianças e adolescentes institucionalizados, que estão Destituídos do Poder Familiar, e após serem consultados todos os cadastros do CNJ (nacional e estrangeiro), a gerente social informará à juíza da infância e juventude cível que a consulta foi consumada sem êxito, encaminhando-o (os) para a divulgação da imagem e/ou texto no programa de busca ativa.
Finalidade/ Objetivo:	Divulgar, de forma responsável e padronizada, imagens (fotográficas ou por vídeo) e informações (textos) sobre crianças/adolescentes inseridas no CNA, sem perspectiva de pretendentes, e que são consideradas de difícil colocação em família substituta.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Viabilizar a inserção de crianças e adolescentes em família substituta, por meio da busca ativa, a qual destina-se a alcançar pessoas interessadas em adoção - habilitados ou a sociedade em geral, de acordo com os procedimentos avaliativos previstos em lei.

Projeto 8

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projeto:	Legal Tô Documentado.
Metodologia:	I. Lev. da Qtde. de crianças e adolescentes acolhidos que necessitam de RG e CPF; II. Lev. junto aos 5 (cinco) CREAS, do Qtde. de adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, que necessitam do RG e CPF, e CTPS; III. Elaboração do Projeto e o Termo de Coop. Técnica, adequando às necessidades da área cível e infracional; IV. Celebração da parceria entre a Coord. da Infância e Juventude, Instituto de Identificação do Amazonas "Anderson Conceição de Melo" – SSP, Sec. Mun. do Trabalho, emp. e Inovação – SEMTEPI, Sec. Exec. de Cidadania e Conselho Tutelar junto com Delegacia da Receita Federal em Manaus/AM; V. Encaminhamento à Pres. do TJAM, para aprovação e execução; VI. ÁREA CÍVEL (Vide descrição no Portfólio de Projetos).
Finalidade/ Objetivo:	Viabilizar a emissão de documentação básica para crianças e adolescentes. Emitir documentação (CTPS, RG, e CPF) para crianças e adolescentes em acolhimento institucional e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Atender o maior Nº de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e os adolescentes que estão em medidas socioeducativas, assim como aqueles acompanhados pelos CREAS.

Projeto 9



Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.	
Projeto:	Protegendo Filhos, Transformando Vidas.
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, filhos/as de mulheres em situação de privação de liberdade, tendo em vista o pleno desenvolvimento infanto-juvenil para a construção de um projeto de vida proativo e saudável, com vistas à transformação das condições materiais e sociais no âmbito familiar e comunitário.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Obter dados quantitativos de mulheres em privação de liberdade que possuem filhos entre zero e 17 anos de idade. Localizar as crianças e adolescentes, detectar as situações sociofamiliares, viabilizando todos os acessos socioassistencial, escolar e de saúde.

Projeto 10

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.	
Projeto:	Árvore Encantada: Encante-se com essa Ideia.



Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Presentear crianças e adolescentes em situação de acolhimentos na Capital e no interior do Amapá por ocasião do festejo natalino.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Proporcionar a todas as crianças abrigadas de Manaus e de municípios do Amapá um momento de alegria, no qual receberão presentes de todos que aderirem ao projeto adotando uma cartinha.

Projeto 11

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Depoimento Especial (Regulamentação, implantação de salas de DE e capacitação continuada).
Metodologia:	<i>Regulamentação:</i> Criar Grupo de trabalho composto do magistradas e servidores para debater sobre as questões legais da normativa do DE no âmbito do TJAM e levar para apreciação da presidência; <i>Implantação de salas de DE:</i> Impulsionar o CPA n. 2018/028600, onde da COIJ solicita da presidência do TJAM a implantação de salas de Dep. Especial nas comarcas do Estado, visando escuta diferenciada de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência; <i>Capacitação:</i> Organizar cursos de capacitação em Dep. especial de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, destinados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	aos magistrados, servidores da capital, interior e de servidores indicados de outros órgãos, assim como promover curso de Escuta Esp. para a rede de proteção de crianças e adolescentes.
Finalidade/ Objetivo:	Fazer cumprir a Resolução 299, de 05/11/19, que Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei n 13.431, de 4/04/17, que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Em 2021, regulamentar o DE no TJAM e mobilizar a rede de proteção para fazer uso da metodologia nos ditames da Lei 13.431/2017; Até 2026, implantar salas de depoimento especial em 98% das comarcas do Amapá . Promover duas capacitações anuais em Depoimento Especial e Escuta Especializada.

Projeto 12

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Jornada de Justiça e Cidadania.
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Fortalecer a função social do Judiciário Amazonense na sociedade, em especial ao público acadêmico das escolas estaduais e municipais.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	O projeto pretende atender mais de quinhentas (500) pessoas por ano. Assim, acredita-se que deva ser gerado um conhecimento capaz de contribuir para a defesa dos direitos e interesses sociais e individuais por parte dos cidadãos participantes do projeto e, por consequência, dos familiares e comunitários que, inevitavelmente, serão impactados pelo saber disponível. Os cidadãos poderão, dessa maneira, estar mais habilitados para agirem nas situações de violação dos seus direitos e, por consequência, deverão sentir-se mais protagonistas socialmente. Esse fato contribui ainda para a efetivação de uma sociedade amazonense democrática e com participação social efetiva. Considerando que a escola é um dos órgãos públicos mais próximo da população geral e considerando a sua função de educar para a cidadania, trata-se de um espaço privilegiado de contato com a comunidade e de disseminação de conhecimentos de modo mais amplo.

Projeto 13

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Acolhendo Vidas. (Juizado da Infância e Juventude Cível e COIJ).
-----------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Promover atendimento e acompanhamento de mulheres grávidas que intentam a entrega de seus filhos em adoção.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	O Projeto Acolhendo Vidas de Acompanhamento às Gestantes promoverá atendimento de 100% da demanda espontânea e encaminhada ao Juizado da Infância e Juventude Cível.

Projeto 14

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Gravidez Não é Brincadeira - Mães Adolescentes. (Juizado da Infância e Juventude Cível e COIJ).
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Desenvolver e implementar ações no âmbito do Estado do Amazonas, acerca da "promoção de assistência e cidadania para crianças de 0 a 06 anos e suas mães adolescentes".
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Considerando-se que o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Manaus está em fase de elaboração, a presente ação deve ser incluída dentre os programas destinados à faixa etária.



Projeto 15

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Apadrinhar: A Proteção Acontecendo Sob Nova Perspectiva. (Juizado da Infância e Juventude Cível e COIJ).
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Captar pessoas que queiram apadrinhar crianças e adolescentes sob medida de acolhimento.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	O Projeto Apadrinhar promoverá atendimento e credenciamento de 100% da demanda espontânea e encaminhadas ao Juizado da Infância e Juventude e/ou Coordenadoria da Infância e Juventude.

Projeto 16

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Projeto Sinal Verde.
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Promover atividades de sensibilização e encaminhamento de crianças e adolescentes que estão em situação de rua ou mendicância na cidade de Manaus.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Retirar das ruas de Manaus, o maior número de crianças e adolescentes em situação de mendicância e trabalho infantil.

Projeto 17

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.

Projeto:	Família Acolhedora.
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Oferecer suporte interinstitucional junto aos gestores do poder público municipal para fomentar a implantação dos Serviços de Família Acolhedora no território do estado do Amazonas.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Implantar o acolhimento familiar em 100% das Unidades Acolhedora do Município de Manaus.

Projeto 18

Iniciativa: Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.



Projeto:	Audiências Concentradas na Socioeducação (Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas).
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.
Finalidade/ Objetivo:	Informar Tornar eficaz a aplicação das medidas socioeducativas como transformação de vida e preparação ao retorno à vida social com vista ao exercício da sua cidadania à comunidade acadêmica sobre os diversos temas da área da infância, especialmente voltados para adolescentes, oportunizando debate e senso crítico.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Esta palestra tem como meta atender as escolas da rede pública de educação da cidade de Manaus, com, pelo menos duas horas de apresentação, onde serão desenvolvidas aulas com exposição de slides, dinâmicas em grupos e oportunidade de esclarecimento de dúvidas.

Projeto 19

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos.	
Projeto:	Articulação em Rede: Diálogos entre o Judiciário e a Assistência Social.
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.



Finalidade/ Objetivo:	Promover interação entre o Sistema de Justiça e o Sistema Único de Assistência Social, por meio de ações articuladas com os Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializados de Assistência Social e Organizações da Sociedade Civil no âmbito da política de Assistência Social.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social, a fim de garantir o pleno desenvolvimento infanto-juvenil.

Projeto 20

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.

Projeto:	Maria Acolhe.
Metodologia:	Como estratégias de execução do projeto, haverá o acolhimento dos usuários no espaço de trabalho da Equipe Técnica, onde ocorrerão apresentações orientativas e reflexivas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre o trâmite processual, com uso de material gráfico e audiovisual.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar orientações psicossociais aos jurisdicionados inseridos em situação de violência doméstica a fim de prevenir e romper o espiral da violência, bem como orientações sobre a tramitação processual.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

--	--

Projeto 21

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar

Projeto:	Aproximando Rede.
Metodologia:	São realizados contatos com a rede de apoio, reuniões e cursos de capacitação e aprimoramento da temática da violência contra mulher.
Finalidade/ Objetivo:	Fortalecer a rede de serviços possibilitando a integração do poder Judiciário com as demais áreas envolvidas no atendimento à demanda, buscando contribuir para efetividade dos encaminhamentos propostos, estabelecendo dessa forma a referência e contrarreferência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se o aumento da prevenção à violência contra mulher, bem como, o acesso dos jurisdicionados aos seus direitos e à justiça.

Projeto 22

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projeto:	Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa"
Metodologia:	Em conformidade com as Diretrizes da Lei 11.340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha); e Resolução CNJ nº 254/2018, serão realizadas ações intensificadas através dos projetos já em andamento no Juizado, com distribuição de material informativo, rodas de conversas, palestras, entre outros.
Finalidade/ Objetivo:	Promover atividades preventivas em relação à violência doméstica e familiar contra mulher, bem como apoiar as audiências de Instrução e Julgamento, realizadas em regime de mutirão durante a referida campanha.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 23

Nota: Projetos comuns ao 1º e 3º juizados Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	"Maria vai à Escola: conversando sobre violência doméstica e familiar contra mulher".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Como estratégias de ação serão utilizadas, na ocasião dos encontros, as rodas de conversa, apresentação de vídeos, distribuição de material didático, informativos, folders e cartilhas.
Finalidade/ Objetivo:	Divulgar a Lei Maria da Penha fomentando discussão a respeito da violência doméstica e familiar contra mulher, no âmbito escolar, e incentivando os alunos a serem multiplicadores.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Divulgação da Lei Maria da Penha, como meio para acesso aos serviços assistenciais e jurídicos e Formação de cidadãos multiplicadores de informação sobre esta temática, exercendo participação social, por meio do exercício de sua cidadania em sua forma plena.

Projeto 24

Nota: Projetos comuns ao 1º e 3º juizados Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Maria vai à Comunidade.
Metodologia:	São utilizadas como estratégias palestras e rodas de conversas, com uso de material audiovisual e material gráfico.



Finalidade/ Objetivo:	Discutir a Lei Maria da Penha com usuários dos serviços, bem como, com servidores possibilitando reflexões e debates na perspectiva da formação de agentes multiplicadores da informação na promoção de impacto positivo na sociedade.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 25

Nota: Projetos comuns ao 1º e 3º juizados Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar	
Projeto:	Abordagem educativa nos PAC's e Shoppings.
Metodologia:	Serão distribuídos flyers e folders para os populares que transitarem pelos shoppings. A cada dia será feita a panfletagem em um shopping.
Finalidade/ Objetivo:	Sensibilizar a população ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, bem como, divulgar a rede de apoio e proteção, por meio da distribuição de folders.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.
---	---

Projeto 26

Nota: Projetos comuns ao 1º e 3º juizados Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Abordagem educativa nos Terminais de Integração de Ônibus.
Metodologia:	Distribuição de flyers e folders para os populares que transitarem nos terminais de ônibus.
Finalidade/ Objetivo:	Sensibilizar a população ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, bem como, divulgar a rede de apoio e proteção, por meio da distribuição de material informativo.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 27



Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	"Roda de Conversas com Homens".
Metodologia:	Roda de conversa com dinâmica e distribuição de material informativo para auxiliar na discussão.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço de diálogo, reflexão e sensibilização aos homens no que concerne à construção de masculinidade e seus efeitos na saúde da população masculina, visando a ressignificação dos conceitos, a prevenção e qualidade de vida.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que a intervenção possa propiciar a reflexão para desconstrução de conceitos impostos socialmente e historicamente a fim de que compreenda o autocuidado e as relações sociais como fatores que afetam diretamente, de forma positiva ou negativa, sua saúde. E como consequência a prevenção à violência doméstica e familiar contra mulher.

Projeto 28

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	"Roda de Conversas com Mulheres".



Metodologia:	Roda de conversa com dinâmica e distribuição de material informativo para auxiliar na discussão.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço de diálogo e reflexão às mulheres quanto ao autocuidado e autovalorização, estimulando o autoconhecimento visando o bem-estar físico e emocional, bem como a prevenção e o enfrentamento à violência contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que a intervenção possa propiciar a reflexão para desconstrução de conceitos impostos socialmente e historicamente a fim de que compreenda o autocuidado e as relações sociais como fatores que afetam diretamente, de forma positiva ou negativa, sua saúde física e emocional. E como consequência a prevenção à violência doméstica e familiar contra mulher.

Projeto 29

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Atendimento humanizado às Mulheres em situação de violência.
Metodologia:	Serão utilizados os recursos audiovisuais, através de rodas de conversas sobre a temática da violência doméstica contra a mulher.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Sensibilizar os servidores e estagiários ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher, fomentando um olhar crítico que alcance toda a complexidade da temática, contribuindo com a prevenção à revitimização das mulheres em situação de violência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que haja uma compreensão mais ampla sobre a temática a fim de ampliar o enfrentamento à violência contra mulher.

Projeto 30

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Exibição de Vídeos sobre violência de gênero.
Metodologia:	Vídeos com a temática da violência doméstica contra a mulher serão disponibilizados para que as partes processuais assistam enquanto aguardam as audiências, na sala de espera, durante a Campanha da Justiça pela Paz em Casa.
Finalidade/ Objetivo:	Possibilitar às partes processuais um momento de reflexão acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher e suas consequências.
Resultados Esperados/	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do



Pretendidos:	acesso à justiça.
---------------------	-------------------

Projeto 31

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Pit Stop – Enfrentando a violência contra mulher.
Metodologia:	Uma faixa será aberta durante a parada dos veículos no sinal vermelho; Serão distribuídos flyers e folders aos condutores de veículos e pedestres (faixa de pedestre).
Finalidade/ Objetivo:	Sensibilizar a população ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 32

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência



doméstica e familiar.	
Projeto:	Exposição: "Um Retrato da Violência contra Mulher".
Metodologia:	Serão distribuídas camisetas pelo Fórum com frases e desenhos impactantes relacionados à violência doméstica e familiar contra mulher.
Finalidade/ Objetivo:	Ampliar o debate sobre a violência doméstica contra mulher, dando visibilidade a realidade das mulheres em situação de violência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso a justiça.

Projeto 33

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar	
Projeto:	II DIÁLOGO INTERPROFISSIONAL: Pensando a violência doméstica e familiar contra a mulher.
Metodologia:	A ação ocorrerá por meio de oficina com a interação dos profissionais do Direito, Psicologia e Serviço Social.



Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço de diálogo e reflexão entre os profissionais que atuam nos casos de violência doméstica e familiar contra a Mulher do I JEVDPM aprimorar o atendimento da mulher inserida em situação de violência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se facilitar o diálogo interprofissional entre o Direito, Psicologia e Serviço Social.

Projeto 34

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	"VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: vire essa página".
Metodologia:	Roda de conversa com dinâmica e distribuição de material informativo para auxiliar na discussão.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço de diálogo, reflexão e sensibilização às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que solicitam a Retratação à Representação Criminal, suscitando nestas mudanças subjetivas e sociais que propiciem a ruptura do ciclo/espiral da violência.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que as mulheres tenham a oportunidade de conhecer e aprofundar as questões relacionadas à violência de gênero e busquem novas perspectivas para suas histórias de vida. No entanto, é importante enfatizar que não se pretende tirar a autonomia da mulher em seu poder de decisão, mas ao contrário, promover reflexões que subsidiem seu empoderamento a fim de torná-la consciente de seus direitos para suas decisões.
---	--

Projeto 35

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Formação para Oficiais de Justiça: "Violência Doméstica e Familiar contra Mulher: aspectos sociais, psicológicos e jurídicos".
Metodologia:	Serão utilizados recursos audiovisuais e gráficos para auxiliar na apresentação, que será realizada por assistente social, psicólogo e juíza.
Finalidade/ Objetivo:	Apresentar as características sociais, psicológicas e jurídicas referentes à violência doméstica e familiar contra mulher, fomentando um olhar crítico que alcance toda a complexidade da temática, contribuindo com a prevenção à revitimização das mulheres em situação de violência.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que haja uma compreensão mais ampla sobre a temática a fim de ampliar o enfrentamento à violência contra mulher.
---	--

Projeto 36

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	“Confinamento sem Violência contra Mulher: a Justiça não para” – Cartilha.
Metodologia:	Elaboração de cartilha, a qual é enviada aos jurisdicionados, através de um link no <i>WhatsApp Business</i> . Ao entrar em contato no <i>WhatsApp</i> , os usuários recebem uma mensagem automática no qual constam dois links, um referente à cartilha com orientações sobre os atendimentos e os contatos dos serviços da rede de apoio à mulher; e outro link que encaminha para o preenchimento de um formulário, o qual direciona o atendimento psicossocial.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar orientações psicossociais e aquelas concernentes à Lei 11.340/06 aos jurisdicionados inseridos em situação de violência doméstica, e viabilizar o acesso destes à rede de apoio, seja assistencial e/ou jurídica, a fim de minimizar os efeitos neste período de pandemia.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que os jurisdicionados se sintam acolhidos e consigam acesso aos seus direitos e à justiça.
---	---

Projeto 37

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar	
Projeto:	Cartilha "Confinamento sem Violência contra Mulher: a Justiça não para" –Condomínios.
Metodologia:	A cartilha será encaminhada aos condomínios, via aplicativo de telefone, para divulgação aos moradores e funcionários, bem como, será produzido cartaz para afixação em elevadores e/ou outros locais apropriados nos condomínios.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar orientações sobre a violência doméstica e familiar contra mulher, bem como informar os canais de denúncia aos moradores e administradores de condomínios a fim de prevenir a violência contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se que a partir do conhecimento, os moradores possam ser multiplicadores na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher.



Projeto 38

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	"Maria Acolhe" – Versão On-line.
Metodologia:	Realizado contato telefônico com as partes processuais para acolhimento e convidar para participação do grupo virtual; Envio de mensagem com <i>link</i> , pelo aplicativo <i>WhatsApp</i> , para preenchimento de questionário para fins de identificação e estatística; encaminhar, via <i>WhatsApp</i> , o convite constando data, hora e link para entrar na sala de reunião, que acontecerá via aplicativo <i>Google Meet</i> .
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar, de maneira remota, orientações psicossociais aos jurisdicionados inseridos em situação de violência doméstica a fim de prevenir e romper o espiral da violência, bem como orientações sobre a tramitação processual.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 39

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência



doméstica e familiar	
Projeto:	Roda de Conversa com Mulheres – ONLINE.
Metodologia:	Apresentar os conceitos de autocuidado, autovalorização e autoconhecimento e mostrar exemplos, convidando ao debate.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço virtual de diálogo e reflexão às mulheres quanto ao autocuidado e autovalorização, estimulando o autoconhecimento visando o bem-estar físico e emocional, bem como a prevenção e o enfrentamento à violência contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 40

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Cartilha: Maria vai à Escola.
Metodologia:	Elaboração de cartilha, com linguagem simples e didática a serem entregues aos alunos quando da execução do projeto “Maria vai à Escola”.



Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar aos alunos orientações sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, demonstrando e desmitificando alguns aspectos socioculturais, bem como, como identificar a violência, a fim de prevenir e enfrentar a violência contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 41

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Cartilha: Enfrentando a violência doméstica e familiar contra mulher.
Metodologia:	Elaboração de cartilha, com linguagem simples e didática a serem entregues durante a execução dos projetos
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar à população orientações sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, com tipos de violência, legislação, fatores de proteção e risco, rede de apoio entre outros, a fim de prevenir e enfrentar a violência contra mulher.
Resultados	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar



Esperados/ Pretendidos:	contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.
------------------------------------	---

Projeto 42

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Rodas de Conversas nas Escolas: prevenção à violência no namoro.
Metodologia:	Fazer um levantamento, através de questionário, com questões referentes à violência no namoro e, posteriormente, realizar a roda de conversa, levantando as temáticas abordadas no questionário.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar um espaço de diálogo sobre violência doméstica e familiar contra mulher, fomentando o debate e a reflexão com adolescentes e adultos, visando a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.



Projeto 43

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Apresentação anual do Perfil dos Jurisdicionados Atendidos.
Metodologia:	Os jurisdicionados preenchem o questionário realizado no <i>google</i> drive ou em formulário presencialmente, o qual será transformado em gráfico com dados percentuais. Em seguida, realizaremos a Análise dos dados. E, finalmente, algumas propostas de trabalho serão sugeridas.
Finalidade/ Objetivo:	Difundir o perfil dos jurisdicionados que estão inseridos em situação de violência, objetivando a compreensão e para propor políticas públicas que visem a prevenção e erradicação da violência doméstica e familiar contra mulher.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 44

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Seminário 20 Anos Lei Maria da Penha.
Metodologia:	Seminário aberto à população em geral.



Finalidade/ Objetivo:	Discutir a aplicação, os avanços, as perspectivas e os desafios da Lei Maria da Penha.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.

Projeto 45

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Exposição: "Quando não mata, fere".
Metodologia:	Exposição em estandes em shopping da cidade, demonstrando os materiais utilizados para a prática de violência doméstica e as frases que são ditas às mulheres, com reprodução de vozes.
Finalidade/ Objetivo:	Reproduzir os ambientes domésticos onde a violências ocorrem visando sensibilizar e conscientizar a sociedade para o enfrentamento à violência contra mulher.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.
---	---

Projeto 46

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Programa Ronda Maria da Penha/PMAM.
Metodologia:	O programa foi idealizado pela Polícia Militar do Amapá, tendo a parceria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.
Finalidade/ Objetivo:	Encaminhar as mulheres atendidas no Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher ao Programa Ronda Maria da Penha, para acompanhamento das Medidas Protetivas de Urgência, visando resguardar a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.
---	---

Projeto 47

Nota: Projeto proposto pelo 1º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Resinificando Vidas Femininas.
Metodologia:	O projeto foi idealizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Comissão da Mulher Advogada, que realiza parcerias com empresas para inserir as mulheres no mercado de trabalho, tendo a parceria do Tribunal de Justiça do Amazonas.
Finalidade/ Objetivo:	Encaminhar as mulheres atendidas no Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher a OAB, visando a empregabilidade e autonomia das mulheres em situação de violência.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.



Projeto 48

Nota: Projeto proposto pelo 2º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Maria Com Você.
Metodologia:	Atividade socioeducativa realizada através da interação no grupo de WhatsApp “Maria Com Você”, que permite compartilhar temas sobre o fenômeno da violência doméstica, temas transversais, rede de apoio e proteção, divulgação de serviços e tramites processuais. (online).
Finalidade/ Objetivo:	Promover orientação, elucidação dos trâmites da ação penal, o papel das partes dos autos e informação a respeito dos serviços da Rede Socioassistencial; informar sobre retratação, revogação para direcionar o atendimento no privado, durante a atividade remota; orientar sobre os programas, projetos e serviços em vigor durante a pandemia; Acessibilidade e políticas públicas.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Promoção da prevenção da violência e do acesso a justiça e aos serviços públicos.

Projeto 49

Nota: Projeto proposto pelo 2º Juizado Maria da Penha.



Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Mude sua História.
Metodologia:	Atividade socioeducativa realizada com o intuito de desenvolver um trabalho educativo, reflexivo e ressocializador voltado para os jurisdicionados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher (requerentes e requeridos dos processos), proporcionando aos agentes um contexto propício para repensar seus atos, rever seus valores, possibilitando o início de um novo paradigma de intervenção através da oferta de um espaço reflexivo, sem tirar o foco da responsabilização do autor da violência, mas ampliando o olhar para a compreensão do fenômeno na tentativa de contribuir para minimizar sua incidência ou reincidência; e para as vítimas da violência tem como finalidade possibilitar um espaço humanizado, propício ao desenvolvimento de auto eficácia, determinação e auto estima que auxiliem à mudança de comportamento para que as mulheres consigam romper com o ciclo de violência, além de , para ambos os atores envolvidos, promover esclarecimento de temas relacionados à violência doméstica, alienação parental, dependência química, dentre outros. (modalidade presencial e online - -Rodas de Conversa)
Finalidade/ Objetivo:	Possibilitar um espaço humanizado, propício ao desenvolvimento de potencialidades e protagonismos dos sujeitos envolvidos; sensibilizar para uma cultura de paz e para o desenvolvimento de uma comunicação não violenta, contribuindo para a ressignificação, fortalecimento e humanização das relações sociais.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Promoção da prevenção da violência e do acesso a justiça e aos serviços públicos.
---	---

Projeto 50

Nota: Projeto proposto pelo 2º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Interior em Rede.
Metodologia:	Diagnosticar a realidade da rede de enfrentamento à violência doméstica nos municípios do interior do Amazonas com o intuito de propor ações pertinentes ao tema da VDFCM, bem como levar ações para prevenção e promoção dos Direitos da Mulher.
Finalidade/ Objetivo:	Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no interior do estado do Amazonas em parceria com entidades governamentais e não governamentais, a comunidade local e ações do judiciário no combate a violência doméstica.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Promoção da prevenção da violência e do acesso à justiça e aos serviços públicos, bem como a projetos sociais para as vítimas do interior do Amazonas.

Projeto 51



Nota: Projeto proposto pelo 2º Juizado Maria da Penha.

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar.	
Projeto:	Grupos Reflexivos para Homes Autores de Violência Doméstica e Familiar.
Metodologia:	A fim de atender aos artigos 35, inciso V e 45 da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) que traz a previsão para criação e condução de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Desta forma, o Projeto, a médio prazo contribuirá com o aumento de atendimento especializado voltado ao homem autor de violência, visto que, não há no Amazonas nenhum trabalho neste sentido.
Finalidade/ Objetivo:	Implantar e executar grupos reflexivos com abordagem responsabilizante, direcionados a homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres em cumprimento de medidas protetivas, ação penal ou como pena alternativa, encaminhados pelos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Cidade de Manaus e das comarcas do interior do Estado nas localidades que for possível a criação de grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Promoção da prevenção da violência e do acesso à justiça e aos serviços públicos.



Indicador

Indicador: Índice de Acesso à Justiça.

Meta: Aumentar em 0,02 ao ano o índice de acesso à justiça – IAJ.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
0,496	0,50	0,52	0,54	0,56	0,58	0,60

Tipo de Indicador: Efetividade.

O que mede: O acesso à justiça, pensando a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (Direitos e deveres, Vulnerabilidade e acesso a serviços públicos; Perfil e dinâmica demográfica; e Padrão de resolução de conflitos, Distribuição e acesso a serviços públicos e Inovação tecnológica).

Quem monitora: Divisão de Planejamento – Coordenadoria de Processos e Projetos (PLS).

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: PNADC/A – IBGE; Sinasc/DataSUS; Mapa inSAN/MDS; Pnad Contínua e Justiça em Números/CNJ.

Como medir: (Escore do Tribunal – Valor mínimo dos escores de cada capital)/ (Valor máximo – Valor mínimo dos escores de cada Capital) Esclarecimentos no Glossário dos Indicadores de Desempenho.

**Macrodesafio 2 – Fortalecimento da relação institucional do poder
judiciário com a sociedade**



Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Iniciativas:

- Aproximar o poder judiciário da sociedade;
- Divulgação das iniciativas institucionais;
- Orientação sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça;
- Promover parcerias públicas e privadas e atuação integrada e em rede;
- Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM;
- Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça

Projeto 52

Iniciativa: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça.

Projeto:	Reestruturação e Ampliação da Pesquisa de Satisfação de Cliente externo.
Metodologia:	Disponibilização da Pesquisa online no Portal Eletrônico do TJAM; Disponibilização da Pesquisa online por meio de TOTENS nas recepções das Unidades da Capital pertencentes ao Poder Judiciário Estadual; Disponibilização da Pesquisa, por meio de formulários físicos, nas recepções dos Fóruns das Comarcas do Interior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Mensurar e monitorar o índice de satisfação da sociedade quanto as serviços prestados pelo Poder Judiciário do Amazonas; Identificar os pontos e oportunidades de melhoria dos serviços prestados; Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça; Aprimorar/ampliar a pesquisa de satisfação nas Unidades que fornecem atendimento ao público externo na Capital, por meio da aquisição e disponibilização de TOTENS nas recepções das Unidades prediais do Poder judiciário; Aumentar a divulgação da pesquisa online disponível no Portal do TJAM.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Monitorar o índice de satisfação da sociedade quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário; facilitar o acesso do jurisdicionado de forma a melhorar o relacionamento da Sociedade com o Poder Judiciário Estadual.

Projeto 53

Iniciativa: Orientação sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça; estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Divulgação das iniciativas institucionais

Projeto:	Aprimorar e ampliar os mecanismos de transparência e acesso a informações da Gestão do Poder Judiciário do Amazonas.
-----------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	A metodologia aplicada encontra embasamento em normas e regulamentos aplicadas ao contexto do Poder Judiciário: Resolução nº 260/2018 - Conselho nacional de Justiça: define os critérios e pontuações do Ranking da Transparência do Poder Judiciário; Resolução nº 09/2019-Ministério Público de Contas do Amazonas: define os requisitos de avaliação dispostas do ranking da Transparência do Estado do Amazonas; Resolução nº 215/2015-Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527; Lei federal nº 12.527/2011- Regula o acesso a informações.
Finalidade/ Objetivo:	Aprimorar, implementar e ampliar mecanismos que propiciem melhor controle social pelos cidadãos ao disponibilizar dados e informações públicas por meio da transparência da Gestão Pública, bem como, manter e aprimorar a ferramenta de solicitações de informações regulamentada pela Lei de acesso a informações.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Garantir e ampliar a transparência da Gestão do Poder Judiciário do Estado do Amazonas; Facilitar o acesso às informações públicas aos cidadãos; aumentar a pontuação no Ranking nacional da transparência do Poder Judiciário; Aumentar a pontuação no Ranking estadual da transparência do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas.

Indicadores

Indicador: Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário.

Meta: Conquistar, no mínimo, 70% de satisfação com o Poder Judiciário até o final da Estratégia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
-						≥70%

Tipo de Indicador: Efetividade.

O que mede: Pesquisa realizada com a sociedade e com os jurisdicionados, a fim de captar a percepção quanto às atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário, bem como a satisfação com os serviços prestados.

Quem monitora: Divisão de Planejamento - Coordenadoria de Processos e Projetos.

Quando medir: Uma pesquisa no início e outra no final da Estratégia pelo CNJ.

Onde medir: Pesquisa de campo com abrangência nacional e com participação de todos os segmentos da justiça. O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), elaborará projeto de aplicação da pesquisa envolvendo as fases de: a) planejamento amostral; b) instrumento de coleta; e c) estratégias de aplicação do formulário (*on-line*, presencial, etc.).

Como medir: Com base nos resultados da pesquisa e nas respostas dos participantes.

Indicador: Índice de Transparência.

Meta: Manter acima de 90% ao ano a pontuação alcançada no Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
83,93%	≥ 90%	≥ 90%	≥ 90%	≥ 90%	≥ 90%	≥ 90%

Tipo de Indicador: Efetividade.

O que mede: Percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário,



instituído pela Res. CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015.

Quem monitora: Divisão de Planejamento.

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: CNJ/DGE, em <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/ranking-da-transparencia/>

Como medir: Média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente.

PERSPECTIVAS PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio 1 – Agilidade e produtividade na prestação judicial

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Iniciativas:

- Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais;
- Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado;
- Estimular a realização de audiências por videoconferência;



- Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual;
- Formação de multiplicadores em comarcas polos com treinamento específico;
- Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento;
- Equalização da força de trabalho nas unidades judiciais conforme o número de processos distribuídos.

Projeto 54

Iniciativa: Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento

Projeto:	Web Service Fiscal.
Metodologia:	Implantação do Sistema Eletrônico baseado no emprego de inteligência artificial e a capacitação de magistrados e servidores.
Finalidade/Objetivo:	Expansão e Inovação tecnológica, visando diminuir o tempo médio de tramitação processual e a taxa de congestionamento no tribunal. Acelerar a transmissão de dados nas unidades do interior do Estado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Resultados Esperados/Pretendidos:	Agilizar, reduzir e cumprir a tramitação dos processos judiciais. Garantindo maior efetividade à satisfação do crédito fiscal, visando resguardar os direitos básicos do cidadão.
--	---

Projeto 55

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; e identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento

Projeto:	Projeto Estoque Zero.
Metodologia:	A equipe do projeto deverá atuar junto aos gabinetes na redução real do acervo de processos conclusos há mais de 120 dias, orientando, estabelecendo metas de produtividade, aplicando ferramenta de gestão de acervo e oferecendo treinamentos, entre outras ações.
Finalidade/Objetivo:	Implementação de uma administração judiciária ágil, por meio da adoção e padronização de boas práticas de gestão de gabinetes.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Garantir a efetiva prestação jurisdicional, com segurança jurídica, agilidade e qualidade nos trâmites judiciais e nos julgamentos em primeiro grau, os quais deverão ocorrer dentro de 90 dias.



Projeto 56

Iniciativa: Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais; e priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado

Projeto:	Projeto Juizado em Dia.
Metodologia:	Implementação de modelo de gestão e funcionamento padrão nas unidades judiciárias da capital e do interior, auxiliando remotamente a unidade escolhida, com base em metas estipuladas no projeto, visando dar vazão ao acervo das unidades na forma virtual.
Finalidade/Objetivo:	Prestar auxílio integral aos juizados da capital e do interior em razão dos diversos problemas enfrentados pelo judiciário que refletem nas taxas de congestionamento, como a morosidade, a dificuldade de gerenciar as unidades judiciais, as pautas de audiências sobrecarregadas, aumento significativo dos acervos, entre outros.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Aprimorar a estrutura de trabalho nas unidades judiciárias e estabelecer novos modelos de gestão a fim de torná-las eficientes para maior agilidade na prestação jurisdicional.

Projeto 57

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projeto:	Projeto Execução Fiscal Eficiente.
Metodologia:	Firmar parceria entre o tribunal e o poder executivo.
Finalidade/Objetivo:	Reduzir as ações de execução fiscal de pequeno valor ajuizadas pelo estado e pelos municípios, propondo formas alternativas de cobrança.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Reduzir a quantidade de processos em fase de execução.

Projeto 58

Iniciativa: Estimular a realização de audiências por videoconferência.

Projeto:	Videoconferência nas audiências.
Metodologia:	Realizar audiências ou sessões de julgamento virtuais e acompanhar o quantitativo de audiências realizadas através de ferramentas no Sistema de Automação Judicial e monitorar a produtividade através de indicadores de desempenho.
Finalidade/Objetivo:	Estimular a utilização de Videoconferência nas Audiências de 1º e 2º Grau nas Unidades Judiciais do TJAM.
Resultados Esperados/Pretendidos:	A Videoconferência é uma solução que permite o contato audiovisual entre as pessoas que estão em localidades diferentes, dando a sensação de que os participantes se encontram no mesmo local.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	Reduzindo gastos com a movimentação das partes, e possíveis riscos de segurança.
--	--

Projeto 59

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual.

Projeto:	Semana da Baixa.
Metodologia:	Realizar a semana de baixa processual em períodos estipulados durante o ano, tanto em varas da capital quanto em comarcas do interior. Além de realização de cursos aos servidores para correta inserção dos dados processuais no sistema, com o objetivo de evitar erros nas movimentações e facilitar o alcance do objetivo do projeto de forma contínua.
Finalidade/Objetivo:	Desenvolver ações na Capital e Interior, com o intuito de possibilitar que o TJAM diminua a taxa de congestionamento processual/ Cumprimento de Metas.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Baixa de processo e acervo judicial.

Projeto 60

Iniciativa: Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de



congestionamento.	
Projeto:	Assessoria Virtual.
Metodologia:	Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais, através de equipe especializada, promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento.
Finalidade/Objetivo:	Agregar a força de trabalho visando reduzir o acervo de processos.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Aumentar a produtividade das unidades judiciais do TJAM.

Projeto 61

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento.	
Projeto:	Elaboração e Implantação de Modelo e Software de Gestão de Desempenho dos Oficiais de Justiça.
Metodologia:	Mediantes as boas práticas, protocolos, e requisitos estatutários e regulamentares inerentes a matéria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/Objetivo:	Implantar software de gestão de desempenho para medir a efetividade e celeridade de cada ato judicial, aferir o desempenho dos oficiais de justiça, além de criar o modelo de gratificações. Contempla também a mudança da estrutura funcional da área, revisão das rotinas de trabalho e atualização do manual de procedimentos.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Aumentar a efetividade e celeridade nos trâmites judiciais.

Projeto 62

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento.

Projeto:	Implantação e Regulamentação da Intimação por WhatsApp no âmbito dos Juizados Especiais.
Metodologia:	Mediantes as boas práticas, protocolos, e requisitos estatutários e regulamentares inerentes a matéria.
Finalidade/Objetivo:	Este projeto visa instituir no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública do TJAM, o procedimento de intimação mediante a utilização do aplicativo de mensagens eletrônicas WhatsApp.
Resultados	Aumentar a efetividade e celeridade nos trâmites



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Esperados/Pretendidos:	judiciais.
-------------------------------	------------

Indicadores

Indicador: Taxa de congestionamento das execuções fiscais.

Meta: Reduzir a taxa de congestionamento das execuções fiscais em 5% ao ano.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
52,62% - 2018	≤93,69%	≤88,69%	≤83,69%	≤78,69%	≤73,69%	≤68,69%
95,89% - 2019						
98,69% - 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual de casos de execução fiscal que permaneceram pendentes de solução ao final do período-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados) durante o período base.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009, bem como a parametrização do Justiça em Números.

Como medir:

$$TCE_{ExtFisc} = \frac{CPE_{ExtFisc1}}{...}$$



CPEExtFisc1 + TBAixExtFisc1

CPEExtFisc1 – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau; e TBAixExtFisc1 – Total de Processos Baixados de Exec. Fiscal no 1º Grau.

Indicador: Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais - TCL.

Meta: Reduzir a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais em 2,5% ao ano.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
52,61% - 2018	≤63,95%	≤61,45%	≤58,95%	≤56,45%	≤53,95%	≤51,45%
58,38% - 2019						
66,45% - 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009, bem como a parametrização do Justiça em Números.



Como medir:

$$TCL = Cp - CpExtFisc1 - SusNFisc$$

$$T_{Baix} - T_{BaixExtFisc1} + Cp - CpExtFisc1 - SusNFisc$$

Cp – Total de Casos Pendentes; CpExtFisc1 – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau; SusNFisc – Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal; T_{Baix} – Total de processos baixados; e T_{BaixExtFisc1} – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau.

Indicador: Índice de atendimento à demanda

Meta: Manter em, no mínimo, 100% o índice de processos baixados em relação aos casos novos.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
199,10% em 2018						
112,80% em 2019	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%
89,68% em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: A capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009, bem como



a parametrização do Juízo em Números.

Como medir:

$$IAD = \frac{TBaix}{Cn}$$

Cn

TBaix – Total de Baixados; e Cn – Casos Novos.

Indicador: Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do judiciário.

Meta: Reduzir o tempo de tramitação dos processos pendentes em X% ao ano, até 2026

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
-	X	X	X	X	X	X

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base, descontados os tempos processuais em que os processos permaneceram fora do poder Judiciário.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: A medição desse indicador ocorrerá após 12 meses da implantação das Tabelas Processuais Unificadas de Documentos.

Como medir:



Macrodesafio 2 – Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Iniciativas:

- Priorizar a tramitação e o julgamento dos processos de combate à corrupção;
- Monitorar, acompanhar e dar publicidade aos resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- Criar mecanismos que incluam parceria com os demais atores do sistema de justiça para o combate à corrupção e à improbidade.

Projeto 63

Iniciativa: Criar mecanismos que incluam parceria com os demais atores do sistema de justiça para o combate à corrupção e à improbidade.

Projeto:

Meu partido é transparência (Trabalho em rede do TJAM com os órgãos de controle).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Controle e atualização dos processos julgados. Identificação de pessoa física e jurídica que tenham sido condenadas por improbidade administrativa.
Finalidade/Objetivo:	Atuação conjunta entre órgãos e entidades, públicas e privadas, que trabalham diretamente com a fiscalização e o controle como forma de aperfeiçoar o combate a corrupção.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Afastamento de agentes públicos corruptos, de modo que sirva para os demais agentes públicos não atuarem de forma desonesta, violando o princípio da boa-fé.

Projeto 64

Iniciativa: Priorizar a tramitação e o julgamento dos processos de combate à corrupção.

Projeto:	Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa (Semana do Combate a Corrupção).
Metodologia:	Realização de mutirões específicos pela própria unidade, feito de maneira periódica, voltado à análise de processos ligados ao combate à corrupção e a improbidade administrativa.
Finalidade/Objetivo:	Reduzir a taxa de congestionamento de processos relacionados às ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Resultados Esperados/Pretendidos:	Diminuir o tempo de tramitação processual e aumentar a quantidade de julgamento dos processos.
--	--

Projeto 65

Iniciativa: Monitorar, acompanhar e dar publicidade aos resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Projeto:	Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa (Criar Mecanismos de Controle).
Metodologia:	Criação de fluxos, procedimentos, modelos de expedientes cartorários mais adequados as especificidades das ações de improbidade, propiciando a melhoria do andamento do processo. Disponibilização de link específico no site do tribunal com modelos de decisões e expedientes cartorários
Finalidade/Objetivo:	Transparência dos resultados, dos procedimentos e mais agilidade no trâmite dos processos relacionados aos crimes de combate à corrupção e improbidade administrativa.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Publicidade e transparência dos resultados das ações. redução do tempo de tramitação processual e aumento do número de julgamento dos processos.

Indicadores



Indicador: Índice de Prescrição

Meta: Reduzir em 1% ao ano o número de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos relativos à Improbidade Administrativa e à Corrupção.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
11,40%	≤10,40%	≤9,40%	≤8,40%	≤7,40%	≤6,40%	≤5,40%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: A razão entre o total de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos de processos relativos à Improbidade Administrativa e à Corrupção.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), para obtenção do número de sentenças com movimento de prescrição em relação ao total de sentenças, conforme classes e assuntos das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs).

Como medir: Índice de Prescrição = Julgamentos com prescrição

SentC

Julgamentos com prescrição = Processos computados em SentC que receberam os movimentos 471 (para os casos de improbidade) e 11879,11878 e 1045 (corrupção e ilícitos eleitorais); e SentC = Sentenças de conhecimento.



Indicador: Tempo médio dos processos pendentes de Improbidade e Corrupção.

Meta: Reduzir em 8% ao ano o tempo médio dos processos pendentes de Improbidade e Corrupção.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
1800,95 dias	1656,87	1524,32	1402,38	1290,19	1186,97	1092,02

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: O tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/ recebimento até o último dia do ano-base, dos processos de corrupção e de improbidade administrativa pendentes.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009 e a parametrização do Justiça em Números, conforme Classes, Assuntos e Movimentações das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs).

Como medir:

$$TpCpICE = \frac{\sum_{i=1}^{TpCpICE} (DtRef - Data Autuação/Recebimento_i)}{CpICE}$$

CpICE – Total de casos pendentes nos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais pendentes; DtRef – Data base de cálculo; e Data Autuação/Recebimento – Data do início dos processos de corrupção, improbidade administrativa e de ilícitos eleitorais.



**Indicador: Tempo de tramitação dos Processos Administrativos
Disciplinares**

Meta: Aumentar em 10%, em relação ao ano anterior, o índice de Processos Administrativos Disciplinares baixados.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
90,48% em 2018	≥39,55%	≥49,55%	≥59,55%	≥69,55%	≥79,55%	≥89,55%
38,89% em 2019						
29,55% em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: O percentual de Processos Administrativos Disciplinares baixados em relação ao acervo de Processos Administrativos Disciplinares no tribunal, no período.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Corregedoria Nacional de Justiça.

Como medir: Índice de PADs baixados = PADs baixados

(PADs pendentes + PADs novos).



Macrodesafio 3 – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Iniciativas:

- Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito;
- Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação;
- Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.

Projeto 66

Iniciativas: Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; intensificar as ações de conciliação nas Comarcas do Interior.

Projeto:	Formação, qualificação e atualização permanentes.
Metodologia:	Capacitação e Desenvolvimento de mediadores mediante as boas práticas, protocolos, e requisitos estatutários e regulamentares.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/Objetivo:	Consolidar o Programa de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais; divulgar os materiais didáticos e educativos produzidos ou compartilhados nas mídias sociais.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Aumento do quantitativo e qualitativo de mediadores na Justiça Estadual.

Projeto 67

Iniciativas: Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; intensificar as ações de conciliação nas Comarcas do Interior.

Projeto:	Gestão Regionalizada da Política de Autocomposição.
Metodologia:	Treinamento e desenvolvimento de servidores/estagiários objetivando a capacitação técnica e operacional com vistas ao cumprimento da Missão e Visão do NUPEMEC/TJAM.
Finalidade/Objetivo:	Fortalecimento constante da imagem institucional do NUPEMEC/TJAM através do excelente atendimento ao seu público interno e externo.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Garantia do acesso à informação de forma transparente e eficaz.

Projeto 68



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Iniciativas: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.

Projeto:	Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC'S na capital e nas comarcas do interior do estado do Amapá.
Metodologia:	Mediante as boas práticas, protocolos, e requisitos estatutários e regulamentares inerentes a matéria.
Finalidade/Objetivo:	Promoção do acesso à Justiça por meio de um atendimento humanizado, qualificado e com abertura de canais de comunicação no âmbito das unidades judiciais.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Acesso à Justiça. E Intensificar mecanismos que fomentem soluções alternativas de conflitos.

Indicador

Indicador: Índice de Conciliação

Meta: Aumentar em 2% ao ano o percentual de conciliações.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
5,82%						



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

em 2018	≥10,39%	≥12,39%	≥14,39%	≥16,39%	≥18,39%	≥20,39%
12,71%						
em 2019						
8,39%						
em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças, conforme fórmulas e glossários da Res. CNJ n.76. Serão consideradas as sentenças de todas as fases (conhecimento e execução), bem como de todas as instâncias.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), segundo parametrização do Justiça em Números.

Como medir:

IC = $\frac{\text{SentH}}{\text{Sent}}$

Sent

SentH – Total de sentenças homologatórias de acordos; e Sent – Total de sentenças.

Indicador: Índice de realização de audiências nos CEJUSCs.

Meta: Aumentar em 2% ao ano o percentual de conciliações nos CEJUSCs.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
42,64% em 2018	≥12,95%	≥14,95%	≥16,95%	≥18,95%	≥20,95%	≥22,95%
38,32% em 2019						
10,95% em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Total de audiências realizadas nos CEJUSCs, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos nos CEJUSCs.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, segundo parametrização para o Prêmio Conciliar é Legal.

Como medir: $\text{ReaCej} = \frac{\text{AudCEJUSC}}{\text{PRemCNCrimCEJUSC} + \text{PPRCNCEJUSC}}$

(PRemCNCrimCEJUSC + PPRCNCEJUSC)

AudCEJUSC – Audiências de conciliação e mediação realizadas nos CEJUSCs;

PRemCNCrimCEJUSC – Processos de conhecimento não criminais remetidos para os CEJUSCs; e

PPRCNCEJUSC – Procedimentos pré-processuais de resolução de conflitos novos



ingressados no CEJUSCs.

Indicador: Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC

Meta: Aumentar em 2% ao ano o total de audiências realizadas nos termos do artigo 334 do CPC.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
0,03% em 2020	≥2,03%	≥4,03%	≥6,03%	≥8,03%	≥10,03%	≥12,03%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Total de audiências, nos termos do art. 334 do CPC realizadas em qualquer unidade judiciária, inclusive nos CEJUSCs ou nas Câmaras de Conciliação/Mediação, em relação aos Casos Novos de Conhecimento não Criminais de 1º grau e Casos Novos Originários de 2º grau, passíveis de acordo.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, segundo parametrização para o Prêmio Conciliar é Legal.



Como medir:

RemCej = AudArt3341º + AudArt3342º

CnCNCrim1º_ac + CnONcrim2º_ac

AudArt3341º - Audiências do Art. 334 do CPC realizadas no 1º grau; AudArt3342º - Audiências do Art. 334 do CPC realizadas no 2º grau; CnCNCrim1º_ac – Casos Novos de Conhecimento não criminais no 1º grau passíveis de acordo; e CnONCrim2º_ac - Casos Novos Originários não criminais no 2º grau passíveis de acordo.

Macrodesafio 4 – Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios

Descrição: Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Iniciativas:

- Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência;
- Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; E Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.	
Projeto:	Ações de capacitação e sensibilização de magistrados e assessores.
Metodologia:	Através da Realização de treinamentos, seminários (EAD, Presencial).
Finalidade/Objetivo:	Solidificar a importância do sistema de precedentes judiciais estabelecido pelo Novo Código de Processo Civil de 2015.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Orientar sobre a sistemática de precedentes judiciais; Contribuir para melhor prestação jurisdicional; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes.

Projeto 70

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.	
Projeto:	Dinamizar informações sobre precedentes do âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do TJAM.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Criação de painel para acompanhamento de indicadores do Macrodesafio "Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios" do CNJ, implementação e implantação de módulos de precedentes nos sistemas judiciais do TJAM, link no site institucional para acesso à informações dinâmicas sobre precedentes.
Finalidade/Objetivo:	Possibilitar que servidores, magistrados e jurisdicionados acessem dados sobre precedentes judiciais de forma dinâmica (painel, site, sistema judicial).
Resultados Esperados/Pretendidos:	Aprimoramento de acesso às informações; contribuir para melhor prestação jurisdicional; Fortalecer as decisões judiciais; Garantir a segurança jurídica; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes; Minorar tempo dos indicadores elencados no Macrodesafio "Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios" do CNJ.

Projeto 71

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.	
Projeto:	Acompanhamento de casos semelhantes do âmbito do Tribunal de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	Justiça do Estado do Amapá.
Metodologia:	Utilização de ferramenta tecnológica para apoio ao acompanhamento, bem como designação de colaboradores para tal finalidade.
Finalidade/Objetivo:	Monitorar casos análogos, com o uso de ferramentas tecnológicas a serem desenvolvidas e grupos de colaboradores (magistrados e servidores) designados. E Identificar demanda de massa para possível admissão de Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Reduzir o tempo entre a identificação de casos semelhantes e a admissão do Incidente; racionalizar o julgamento de casos análogos; Contribuir para melhor prestação jurisdicional.

Indicadores

Indicador: Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese.

Meta: Reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo médio entre o trânsito em julgado/ sentença de mérito do precedente e o julgamento dos respectivos



processos suspensos.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
523,40 dias em 2018						
572,28 dias em 2019	442,54	420,41	399,39	379,42	360,45	342,43
465,83 dias em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo decorrido entre o trânsito em julgado/sentença de mérito de um precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR).

Como medir:

$$TpSentSobr = \frac{\sum_{i=1}^{SentSobr} (DtTransJulgSobr i - DtSentPrec i)}{SentSobr}$$

DtTransJulgSobr – Data de trânsito em julgado do processo sobrestado;
DtSentPrec – Data da sentença de mérito do precedente; e SentSobr – Total de processos julgados que estavam sobrestados por determinado precedente já julgado.



Indicador: Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs).

Meta: Reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
133 dias em 2018	471,20	447,64	425,26	404,00	383,80	364,61
496 dias em 2019						
- 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), em relação ao total de IRDRs com acórdãos publicados no ano.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR)

Como medir:

$$TpSentIRDR = \frac{\sum_{i=1}^{SentIRDR} (DTAcordaoIRDR i - DtAdmisIRDR i)}{SentIRDR}$$

DtAcordaoIRDR – Data de publicação do acórdão no Incidente de Resolução de



Demandas Repetitivas; DtAdmisIRDR – Data da afetação/admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR);

SentIRDR – Total de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com acórdãos publicados no ano.

Indicador: Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs).

Meta: Reduzir em x% ao ano o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs).

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
-	X	X	X	X	X	X

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), em relação ao total de IACs com acórdãos publicados no ano.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR).



Como medir:

$$TpSentIAC = \frac{\sum_{i=1}^{SentIAC} (DTAcordaoIAC i - DtAdmisIAC i)}{SentIAC}$$

DtAcordaoIAC – Data de publicação do acórdão no Incidente de Assunção de Competência (IAC);

DtAdmisIAC – Data da afetação/ admissão do incidente de Assunção de Competência (IAC);

SentIAC – Total de Incidentes de Assunção de Competência (IAC) com acórdãos publicados no ano.

Macrodesafio 5 – Promoção da sustentabilidade

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Iniciativas:

- Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais;
- Ampliar a gestão dos resíduos gerados;
- Adotar práticas sustentáveis na Gestão dos Recursos Públicos;
- Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.



Projeto 72

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos.

Projeto:	Projeto para o desenvolvimento do Aplicativo "Mandados Judiciais".
Metodologia:	Desenvolvimento de conjunto de sistemas computacionais, aplicativos e sistemas web, que serão agregados ao procedimento de cumprimento de mandados judiciais. Possibilitando acompanhamento em tempo real, sobre progressão de cumprimentos de mandados, assim como a consolidação das informações de cumprimento em painel web.
Finalidade/ Objetivo:	Modernizar o processo de cumprimento de mandados judiciais no estado do Amapá. E Obter maior qualidade e acompanhamento do processo de entrega de mandados judiciais, permitindo maior agilidade no tempo de resposta aos jurisdicionados a respeito do andamento e aprimorando a gestão de recursos do TJAM.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Modernização de procedimentos administrativos; Modernização do processo de entrega de mandados judiciais; Visualização e controle aprimorados através de painel de agregação de informações sobre entregas de todo estado.

Projeto 73



Iniciativa: Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais.	
Projeto:	Implantação de projeto piloto de energia solar.
Metodologia:	Realizar estudo técnico preliminar analisando as viabilidades econômico-financeiras e técnicas sobre dos modelos de sistemas de energia solares coma finalidade de verificar a solução mais customizada as necessidades das unidades do TJAM.
Finalidade/ Objetivo:	Redução dos impactos ambientais e redução de gastos com energia elétrica.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Espera-se, em um período de 24 meses, implementar um sistema piloto de energia solar para poder suprir todas as demandas de energia elétrica de uma unidade judiciária de porte médio da capital com potência de demanda de até 150kw, com período de retorno de investimento em até 48 meses.

Projeto 74

Iniciativa: Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais.	
Projeto:	Implantação de sistemas de automação, monitoramento e modernização dos equipamentos elétricos.
Metodologia:	Realizar estudo técnico preliminar analisando as viabilidades econômico-financeiras e técnicas das alternativas de automação dos sistemas de iluminação e ar-condicionado, bem como a proposição de substituição gradual de equipamentos obsoletos (fundamentalmente sistemas de refrigeração e iluminação) por equipamentos de tecnologia mais moderna.



Finalidade/ Objetivo:	Redução das despesas com energia elétrica e seus respectivos impactos ambientais.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Reduzir em 24 meses o custo médio mensal/m ² de energia elétrica em 10% (dez por cento) dos fóruns da capital.

Projeto 75

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos.

Projeto:	Modernização/Readequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico nas unidades do Tribunal de Justiça do Amapá.
Metodologia:	Inspecionar as unidades físicas do TJAM e dispor projeto básico em alinhamento aos requerimentos do Regulamento do Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco do Estado do Amapá e demais Instruções Normativas, provendo as necessidades atuais de adequação e modernização dos sistemas de prevenção e combate a incêndio das unidades do TJAM.
Finalidade/ Objetivo:	Dispor ao TJAM dos equipamentos e dos procedimentos mais adequados e modernos com relação ao gerenciamento de contingências e prevenção de combate a incêndio. Garantindo, assim, maior segurança ao jurisdicionado, servidores, magistrados e bens públicos do TJAM.



Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aprovar projeto de readequação/modernização dos sistemas de prevenção e combate, bem como o plano de gerenciamento de contingências, nos fóruns da capital junto ao CB-AM em um período de 12 meses.
---	--

Projeto 76

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos.

Projeto:	Implantação do serviço de intermediação e agenciamento, via aplicativo, de transporte terrestre de magistrados, servidores e estagiários a serviço do TJAM.
Metodologia:	Elaboração dos Estudos Preliminares incluindo previsão de demanda e estimativa de valores de contrato; elaboração de Termo de Referência com detalhamento acerca do objeto, forma de prestação de serviço, obrigações das partes, condições de pagamento; abertura de procedimento
Finalidade/ Objetivo:	Objetiva-se com a implementação da solução que a mesma propicie a modernização da gestão administrativa e operacional do serviço de transporte de pessoas, tornando mais eficientes e eficazes os deslocamentos realizados diariamente entre a sede administrativa do TJAM, suas unidades descentralizadas e outros órgãos públicos (municipais, estaduais e federais).
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Diminuir custos com terceirização de mão de obra de motoristas, manutenção de veículos, combustível, e ainda de gestão de frota de veículos.



Projeto 77

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos.

Projeto:	<i>Implantação de 02 (duas) minicentrais de transportes.</i> Consiste estruturação de centrais de transportes de pequeno porte descentralizadas, buscando atender as demandas locais do Edifício Sede do TJAM, assim como do Fórum Ministro Henoch Reis, alocando veículos de serviço e motoristas dedicados a realização do transporte de magistrados, servidores e estagiários em missões institucionais.
Metodologia:	A execução será formalizada pela efetiva distribuição e destinação de veículos de serviço às duas unidades supramencionadas.
Finalidade/ Objetivo:	Garantir disponibilidade de meios logísticos às principais unidades do TJAM, propiciando acesso a magistrados e servidores aos meios de transportes institucionais de forma célere; Acompanhamento mais próximo dos índices e parâmetros necessários à realização de manutenção dos meios logísticos; Atender as demandas existentes por meio de agendamento prévio, com definição de rotas comuns, buscando a otimização de percursos; Diminuir o consumo de combustível e de materiais necessários à manutenção dos meios logísticos.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Elevar o índice de utilização dos veículos de serviço, evitando a ociosidade de meios (veículos e motoristas) e a redução de custos com manutenção de veículos e fornecimento de combustíveis.



Projeto 78

Iniciativa: Ampliar a gestão dos resíduos gerados.

Projeto:	Implantação da Central de Resíduos no Fórum Henocho Reis.
Metodologia:	Lay out de projeto arquitetônico conforme preconiza os requisitos legais de conformidade ambiental (gestão de resíduos); identificar, classificar, e segregar os resíduos conforme a NBR 10004; promoção do processo de seleção pública de cooperativas ou associações de catadores para a implantação da coleta solidária; celebração de parcerias com empresas que realizem a coleta e o tratamento ambientalmente adequado dos demais resíduos não contemplados na coleta seletiva solidária.
Finalidade/ Objetivo:	Gerenciar os resíduos conforme preconiza a legislação ambiental; elevar o volume de resíduos descartados com destinação ambientalmente adequada; fomentar a atividade realizada pelas cooperativas e associações de catadores; e reduzir o volume de resíduos enviados aos aterros comuns.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Elevar, em 20%, o volume dos resíduos descartados com destinação ambientalmente adequada no Tribunal de Justiça do Amapá no ano de 2021.

Projeto 79

Iniciativa: Ampliar a gestão dos resíduos gerados.

Projeto:	Ampliação do uso da logística reversa e para a destinação
-----------------	---



	ambientalmente adequada dos resíduos perigosos.
Metodologia:	Estudo da legislação e pesquisa para ampliar o mix de resíduos atualmente destinados à logística reversa no TJAM; identificar, classificar, e segregar os resíduos conforme a NBR 10004; celebração de parcerias com empresas que realizem a coleta e o tratamento ambientalmente adequado de resíduos; inclusão de cláusulas de responsabilidade pelo recolhimento de resíduos perigosos nos contratos celebrados pelo TJAM; celebração de acordos de cooperação com outros órgãos para a troca de experiências, apoio e convergência de esforços que visem o descarte ambientalmente adequados de resíduos.
Finalidade/ Objetivo:	Gerenciar os resíduos conforme preconiza a legislação ambiental; elevar o volume de resíduos perigosos com destinação ambientalmente adequada; e reduzir o volume de resíduos enviados aos aterros comuns.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Elevar, em 20%, o volume dos resíduos perigosos com destinação ambientalmente adequada no Tribunal de Justiça do Amapá no ano de 2021.

Projeto 80

Iniciativa: Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.

Projeto:	Otimização do Sistema de Alimentação Elétrica do Datacenter TJAM ou Implantação do Sistema Fotovoltaico de Alimentação Elétrica do Data Center
-----------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	TJAM.
Metodologia:	Realizar um levantamento sobre o consumo energético no Data Center do TJAM e propor a implantação do sistema fotovoltaico composto pela geração e armazenamento de energia para utilização no referido ambiente. Realizar um mapeamento térmico no Data Center para definir a melhor distribuição de equipamentos de TI com intuito de potencializar o sistema de refrigeração e otimizar o consumo de energia.
Finalidade/Objetivo:	Dotar o Data Center do TJAM de eficiência energética e diminuir o impacto ambiental e custos operacionais.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Adoção um sistema de energia elétrica renovável e limpa diminuindo o impacto ambiental e diminuição dos custos com energia elétrica. Criação de uma nova alternativa para contingência energética utilizando as baterias (solução <i>powerwall</i>) que armazenam a energia fotovoltaica.

Indicadores

Indicador: Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS.

Meta: Aumentar em 1% ao ano índice de desempenho de sustentabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Linha de base (Resultado ano 2019-4º Balanço Socioambiental):	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
56,4%	≥57,4%	≥58,4%	≥59,4%	≥60,4%	≥61,4%	≥62,4%

Tipo de Indicador: Efetividade.

O que mede: Indicador sintético resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ nº 201/2015.

Quem monitora: Divisão de Planejamento - Coordenadoria de Processos e Projeto.

Quando medir: Anualmente

Onde medir: PLS - Jud. Resolução CNJ nº 201/2015, em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-socioambiental/balanco-socioambiental/>

Como medir: Fórmula descrita no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário.

Macrodesafio 6 – Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso,



principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Iniciativas:

- Aperfeiçoar o Sistema de Automação Judicial na fase de conhecimento e execução penal;
- Estimular a realização de audiências por videoconferência;
- Investir na Justiça Restaurativa;
- Promover a efetividade e assegurar os resultados nos cumprimentos das decisões;
- Criação de novas unidades jurisdicionais nas comarcas de maior demanda, inclusive juizados especiais;
- Promover encontros com juízes criminais, membros do MP, Delegados de Polícia e Defensores Públicos para discutir medidas e uniformizar procedimentos.

Projeto 81

Iniciativa: Aperfeiçoar o Sistema de Automação Judicial na fase de conhecimento e execução penal; promover a efetividade e assegurar os resultados nos cumprimentos das decisões.

Projeto:

Processo Jus Eletrônico.

Metodologia:

Reduzir a taxa de congestionamento dos processos criminais, através do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	sistema eletrônico.
Finalidade/Objetivo:	Tornar mais eficaz e eficiente a rotina de trabalho das unidades judiciais. Reduzir a tramitação das ações, visando baixar o estoque dos processos nas comarcas.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Agilizar o julgamento e reduzir divergências entre os órgãos julgadores de primeiro e segundo grau. Valorizando o trabalho coletivo e cooperativo, voltado para eficácia na luta contra o crime.

Projeto 82

Iniciativa: Investir na Justiça Restaurativa.

Projeto:	Justiça Restaurativa. (Institucionalização, motivação de partícipes, capacitação continuada).
Metodologia:	Vide Portfólio de Projetos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Desenvolver práticas restaurativas direcionadas a crianças e adolescentes e suas famílias, contribuindo para a restauração de vínculos sociais, promovendo espaços de fala e escuta que possibilitem o protagonismo das partes, de forma a reduzir ciclos de violência e proporcionar a cultura de paz.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Implementar Justiça Restaurativa nas Unidades Judiciais do TJAM, sendo: Juizados de Violência Doméstica, Juizados de Infância e Juventude Cível e Infracional, CEJUSC's, VEMEPA, dentre outros.

Projeto 83

Iniciativa: Estimular a realização de audiências por videoconferência.

Projeto:	Audiências Criminais Tele presenciais.
Metodologia:	Incorporar novas tecnologias à rotina de trabalho de magistrados e servidores.
Finalidade/Objetivo:	Promover audiências criminais através de videoconferência entre as varas e Unidades Prisionais.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Facilitar o acesso de partes e advogados à Justiça, proporcionar o aumento da produtividade e a otimização do tempo.

Projeto 84



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual.	
Projeto:	Mutirão do Júri.
Metodologia:	Realizar ao longo do ano, mutirões de julgamentos de processos relacionados a crimes dolosos contra a vida, na capital e interior.
Finalidade/Objetivo:	Promover o julgamento das ações penais aptas para julgamento.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Conferir celeridade aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida.

Projeto 85

Iniciativa: Aperfeiçoar o Sistema de Automação Judicial na fase de conhecimento e execução penal; e promover a efetividade e assegurar os resultados nos cumprimentos das decisões.	
Projeto:	Monitoramento de Audiências Criminais Virtuais.
Metodologia:	Mecanismo de controle de audiências virtuais realizadas, estabelecido e implementado pela Divisão de Tecnologia da Informação.
Finalidade/Objetivo:	Desenvolver ferramenta de controle gerencial relativa as audiências criminais realizadas por videoconferência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Resultados Esperados/ Pretendidos:	Monitorar com maior exatidão os dados e resultados alcançados nas Audiências Criminais Virtuais.
---	--

Indicadores

Indicador: Taxa de Encarceramento.

Meta: Manter, no máximo, o total de 200 presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
203,70 presos por 100 mil habitantes	≤200	≤200	≤200	≤200	≤200	≤200

Tipo de Indicador: Indicador de Monitoramento

O que mede: O total de presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Como medir:

$$TE = \frac{(\text{Presos provisórios} + \text{Presos condenados})}{\text{Habitantes}} * 100.000$$

Habitantes.

Indicador: Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento – TpCpCCrim.

Meta: Reduzir em 5% ao ano o tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
1327 dias em 2018	1256,85	1194,01	1134,31	1077,59	1023,71	972,53
1310 dias em 2019						
1323 dias em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo de duração dos casos pendentes, decorrido entre a data da autuação/ recebimento até o último dia do ano-base, dos processos considerados na variável CpCCrim nas fórmulas e glossários dos anexos da Res. CNJ n. 76/2009.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente.



Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), levando-se em consideração as fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009 e a parametrização do Justica em Números, conforme Classes, Assuntos e Movimentações das Tabelas Processuais Unificadas (TPUs).

Como medir: TpCp aplicada aos processos Criminais.

Indicador: Tempo Médio das Decisões em Execução Penal – TpDecPen.

Meta: Reduzir em 25% ao ano o tempo médio das decisões em execução penal.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
1254,10 dias em 2018						
1225,17 dias em 2019	799,03	599,27	449,45	337,09	252,82	189,61
1065,37 dias em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo médio entre a data do incidente instaurado no processo de execução e o julgamento do incidente.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).



Como medir:

TpDecPen

$$= \frac{\sum_{i=1}^n (\text{Data de julgamento do incidente } i - \text{Data de instauração do incidente } i)}{\text{Quantitativo de incidentes julgados}}$$

Indicador: Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Presos Provisórios – TpPrisProv.

Meta: Reduzir em x% ao ano o tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
-	X	X	X	X	X	X

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e o julgamento em primeira instância.

Quem monitora: Núcleo de Estatística.

Quando medir: Trimestralmente

Onde medir: A fonte dos dados está em construção pelo CNJ, a partir da conjugação de dados disponíveis nos Sistemas do CNJ.

Como medir: TpPrisProv= Totalização do tempo em dias entre a prisão dos presos provisórios no ano base e o julgamento em primeira instância dividido pelo número



de presos provisórios.

Macrodesafio 7 – Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Iniciativas:

- Gestão de processos;
- Automação dos processos administrativos;
- Promoção da segurança institucional;
- Aprimoramento da Infraestrutura Institucional;
- Melhorar a divulgação, construção e execução da estratégia organizacional;
- Política de gestão documental;
- Implementar a cultura da gestão de riscos;
- Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores;



- Restruturação organizacional.

Projeto 86

Iniciativa: Gestão de Processos; Reuniões periódicas de avaliação dos processos; promover a cultura orientada para resultados através de indicadores.

Projeto:	Implementação da Gestão de Processos de trabalho.
Metodologia:	Documentar e formalizar os processos; Estabelecer formas de gestão do portfólio dos processos de trabalho do TJAM; Planejamento de processos de negócio; Modelagem, análise e desenho de processos de negócio; Reuniões periódicas de avaliação dos processos; Manualizar os processos mapeados; Gerenciar o portfólio de processos; Execução de processos de negócio; Monitoramento de processos; Gerenciamento e controle de mudanças em processos. Ressalta-se que a metodologia aplicada encontra observância no padrão de notação BPMM, bem como, a aplicação das boas práticas do BPM CBOK.
Finalidade/ Objetivo:	Ter os processos organizacionais mapeados, avaliados, melhorados, monitorados (indicadores de desempenho) e geridos com foco no alcance dos resultados e no cumprimento dos objetivos institucionais.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Repositório de informações sobre os processos (Fluxogramas, procedimentos, atos normativos); Maior facilidade na detecção de gargalos; Respostas ágeis aos desvios, não conformidades e redução dos riscos; Controle dos custos, qualidade e melhoria contínua dos processos; Definição clara de responsabilidade e propriedade; Maior interação entre os partícipes do processo em



	detrimento a abordagem departamental; Aprimoramento dos processos de trabalho por meio de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados de indicadores de desempenho.
--	--

Projeto 87

Iniciativa: Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores

Projeto:	Implementação de sistema de informação centralizado, de coleta, organização, tratamento e disponibilização das informações dos indicadores estratégicos e operacionais
Metodologia:	Metodologia de modelagem e implementação da ferramenta conforme os requisitos da Gestão a ser definida em conjunto entre as unidades: Divisão de Planejamento, Coord. de Proc. e Projetos, Núcleo de Estatística (TJAM), Setor de Estatística da CGJ, e DVTIC.
Finalidade/ Objetivo:	Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores; Centralizar a disponibilização dos indicadores estratégicos e operacionais; Estabelecimento de Metas e monitoramento dos resultados; Acompanhamento em tempo real do resultado das atividades institucionais; Comparação dos resultados com as séries históricas; Vinculação de Plano de Ação aos indicadores; Manter registro dos resultados insatisfatórios(análise crítica); Automatizar a coleta de dados a serem retirados diretamente do Banco de Dados dos Sistemas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	de informação (ex: GRH, SAG-PPG); Facilitar a coleta de dados através de interface de (input) de dados pelas áreas responsáveis na prestação de informações;
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Organização dos indicadores institucionais; aprimorar a tomada de decisão, a partir da análise dos resultados com base em fatos e dados; Aprimoramento da gestão por meio da atuação assertiva sobre os resultados dos indicadores; Acompanhamento da evolução e controle dos resultados; Envolvimento de servidores e magistrados por meio da mudança de cultura orientada para resultados através da coleta, medição e acompanhamento dos indicadores de desempenho.

Projeto 88

Iniciativa: Aprimoramento da Infraestrutura Institucional.

Projeto:	Implementar Plano de Melhoria da Infraestrutura.
Metodologia:	Implantar Plano de Manutenção Predial; Plano de Compras; Melhoria contínua do Plano de Obras, Elaborar Plano de Racionalização dos Espaços Físicos; Implantar Plano de Logística de Instalação de Novas Unidades Judiciais; Priorizar a 1ª Instância na destinação dos espaços físicos.
Finalidade/ Objetivo:	Proporcionar as condições físicas ao exercício das atividades administrativas e judiciais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Resultados Esperados/ Pretendidos:	Disponibilizar infraestrutura física e recursos materiais (instalações, mobiliário e equipamentos) que proporcionem um bom desempenho das unidades do Tribunal, assegurando aos magistrados e servidores segurança e saúde no trabalho e, aos jurisdicionados, um ambiente ideal para um atendimento ágil, seguro e de qualidade.
---	---

Projeto 89

Iniciativa: Promoção da Segurança Institucional.

Projeto:	Melhorias na infraestrutura de Segurança do Poder Judiciário.
Metodologia:	Conforme diretrizes da Resolução CNJ de Nº 191, de 23/08/19.
Finalidade/ Objetivo:	Implementar ações de melhoria para assegurar a efetividade da Comissão Permanente de Segurança do TJAM.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Promover condições adequadas de segurança pessoal e patrimonial, assim como meios de inteligência aptos a garantir aos magistrados e servidores da Justiça o pleno exercício de suas atribuições.

Projeto 90

Iniciativa: Política de Gestão Documental.

Projeto:	Implantação de uma política de Gestão Documental de processos e documentos administrativos e judiciais em meio digital no TJAM.
-----------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Realização de pesquisas em literatura/bibliografia pertinente ao assunto - p.ex.: Manual de Gestão Documental (PRONAME); Realização de pesquisas da política de Gestão Documental digital em outros órgãos do Poder Público; Elaboração minuta de Resolução para instituir a política Gestão documental de processos e documentos em meio digital no âmbito do TJAM; Realização de palestras/treinamentos básicos sobre práticas de gestão documental aos operadores do sistema de processos digitais.
Finalidade/ Objetivo:	Instituir práticas/procedimentos nas diversas Unidades Administrativas/Judiciárias de Gestão Documental em meio digital.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aplicação de ações gerenciais e técnicas de tratamento aos processos e documentos digitais, desde a produção até sua destinação final, nos sistemas informatizados utilizados pelo TJAM.

Indicadores

Indicador: Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Qualidade da Informação".

Meta: Manter acima de 80% ao ano a pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação", conforme regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
78,09%	≥ 80%	≥ 80%	≥ 80%	≥ 80%	≥ 80%	≥ 80%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia" (correspondente ao antigo "Qualidade da Informação), conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos.

Quem monitora: Divisão de Planejamento – Coordenadoria de Processos e Projetos.

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: Portaria que regulamenta Prêmio CNJ de Qualidade e informações encaminhadas para avaliação do prêmio.

Como medir: $\text{PrêmGovDados} = \frac{\text{Soma da pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"}}{\text{Soma da pontuação máxima nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia"}}$

Soma da pontuação máxima nos eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia".

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Macrodesafio 1 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas



Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Iniciativas:

- Implantar sistema de avaliação de desempenho;
- Ampliação do Sistema de Teletrabalho;
- Aprimoramento da formação de magistrados e servidores nos sistemas de automação da justiça;
- Estimular e promover o desenvolvimento profissional, habilidades e conhecimentos de servidores e magistrados;
- Capacitação continuada dos servidores de TIC.
- Implementar a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação;
- Desenvolver programas de valorização e de benefícios no ambiente de trabalho;
- Realização de programas de saúde conforme Res. 207/2015 - CNJ;
- Criação do Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas.

Projeto 91

Iniciativa: Realização de programas de saúde conforme Res. 207/2015 - CNJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projeto:	Projeto - Como vai você?
Metodologia:	1 - Identificar os casos de servidores e magistrados acometidos com sequelas da Covid-19; 2 - Realizar pesquisa para identificar os grupos de risco e comorbidade preexistente à pandemia; 3 - Enviar propaganda institucional pelos meios de comunicação, intranet, internet; 4 - Ao identificar os casos e com a anuência do servidor/magistrado marcar consulta para avaliação específica.
Finalidade/ Objetivo:	Com o objetivo de reduzir o índice de absenteísmo gerado pelas sequelas das doenças crônico-degenerativas, e agora, durante a pandemia, acrescente-se as sequelas geradas pela Covid-19, este Subcomitê propõe ação de busca intensa a fim de identificar servidores e magistrados portadores de sequelas por tais doenças, para que assim iniciem tratamento adequado junto à equipe multiprofissional, composta por médicos (neurologista, cardiologista, cirurgião vascular, nefrologista, pneumologista, reumatologista, psiquiatra, etc.), fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, odontólogo, entre outros. Com base no índice de absenteísmo do TJ/AM em 2019 (1.82%), esperamos alcançar uma diminuição do mesmo, sem estabelecer valores como meta, mas sim objetivando sua diminuição, o que já seria um grande avanço, através das atividades propostas neste projeto, somadas a outras ações de saúde realizadas ao longo dos anos, todas referendadas por este Subcomitê.



Resultados Esperados/Pretendidos:	Pretendemos com este projeto multiprofissional diminuir o índice de absenteísmo, tendo como base o índice do ano de 2019, (1.82%), já que o ano de 2020 (1.39%), ano de pandemia, com quarentena, isolamento social e outros fatores, como suspensão pelo judiciário do trabalho presencial e <i>home office</i> , todos atuaram diretamente para que o índice de absenteísmo fosse reduzido, porém através de uma falsa realidade, uma realidade atípica, pois não houve necessidade de apresentar atestado médico ou entrar de licença médica. Não haverá valor estabelecido como meta a ser alcançada, mas sim um valor aproximado abaixo do índice do ano de 2019 (1.82%).
--	---

Projeto 92

Iniciativa: Ampliação do Programa de Teletrabalho.

Projeto:	Ampliação e Aprimoramento do Programa de Teletrabalho.
Metodologia:	Atualização da Resolução nº 04/2017 com as novas diretrizes do CNJ. Implantação de sistema informatizado para o acompanhamento das metas alcançadas pelos teletrabalhadores. Aumento gradativo das vagas disponíveis do Curso de Habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Finalidade/ Objetivo:	Aumentar a capacidade do Tribunal de Justiça do Amazonas para receber e monitorar novos teletrabalhadores com o objetivo de ampliar a qualidade do trabalho, a qualidade de vida do servidor e a produtividade.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Retenção de servidores e talentos na instituição por meio da flexibilidade de horário, maiores oportunidades de qualificação, bem como adaptação de pessoas com deficiência ou doenças crônicas. Melhoria nos índices de produtividade, redução de gastos públicos com eletricidade; papel e outros insumos arcados pelo serviço público; geração de benefícios ao meio ambiente, em virtude da redução do fluxo de veículos. Mudança da cultura organizacional.

Projeto 93

Iniciativa: Implementar a Gestão por Competência no TJAM.

Projeto:	Implementação de programa permanente de Gestão por Competências, para integração de todas as ações relacionadas à gestão de pessoas.
-----------------	--



Metodologia:	1 -Descrição de Cargos, e de suas Competências; Mapeamento de Competências Profissionais, realizando o alinhamento das competências essenciais necessárias para o cumprimento dos objetivos estratégicos; 2 – Implantar sistema informatizado para gerenciar o programa permanente. 3 – Levantamento da existência ou falta das competências mapeadas e desejadas pelos ocupantes de cargos e funções, para apresentação às escolas, que irão ofertar os cursos necessários ao desenvolvimento das pessoas;
Finalidade/ Objetivo:	Melhorias e aperfeiçoamento dos processos de trabalho relacionados ao provimento de cargos, lotação, relocação, desenvolvimento, capacitação, acompanhamento e avaliação de pessoas.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aumentar a qualificação das pessoas que fazem parte da instituição. Adequar os perfis pessoais aos institucionais desde a partir do concurso público até a aposentadoria, para promover saúde no trabalho e produtividade. Promover a capacitação contínua alinhada com os objetivos estratégicos. Promover desenvolvimento pessoal e organizacional.

Projeto 94

Iniciativa: Estimular e promover o desenvolvimento profissional do quadro de pessoal

Projeto:	Desenvolvimento do Programas de Pós-Graduação.
-----------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Estabelecer parcerias com Universidades.
Finalidade/Objetivo:	Desenvolver programas de pós-graduação para incentivar o desenvolvimento profissional e pessoal, que auxilie no processo de aquisição das competências almejadas pelo TJAM.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Oferecer maior oportunidades de qualificação profissional ao quadro de pessoal do TJAM. Incentivar a contínua aprendizagem e aperfeiçoamento. Aproveitar os conhecimentos adquiridos no trabalho executado.

Projeto 95

Iniciativa: Implantar os critérios de capacitação para promoção de servidores.

Projeto:	Executar as diretrizes do Plano de Cargos e Salários quanto à promoção de servidores.
Metodologia:	Atualização da Resolução TJAM nº 19/2010 que regulamenta os critérios para promoção funcional. Elaboração de edital para entrega e atualização de certificados de cursos realizados. Implantação de sistema informatizado para o controle dos critérios de tempo e capacitação.
Finalidade/Objetivo:	Cumprir as exigências estabelecidas no Plano de Cargos e Salários do TJAM. Organizar e monitorar continuamente a promoção funcional com base em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	critérios transparentes.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Contribuir para a qualificação continuada e aperfeiçoamento do quadro de pessoal. Incentivar a busca por conhecimentos atualizados. Contribuir para o crescimento e profissionalização organizacional.

Projeto 96

Iniciativa: Implementar a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação.

Projeto:	Implementar Mecanismos Gerenciais para a Promoção da Igualdade de Gênero, reconhecimento dos direitos e respeito das minorias, e combate a todo o tipo de assédio, discriminação, e tratamento rude dentro da instituição.
Metodologia:	Implementar Política, Procedimento, e Mecanismos de tolerância zero a todo e qualquer tipo de assédio e discriminação.
Finalidade/Objetivo:	Igualdade de gênero, respeito a todo e qualquer tipo de minorias e diferenças. O objetivo principal do projeto é a de conviver e respeitar as diferenças de gênero, etnia, religião e orientação sexual do outro.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Aprimoramento da Gestão dos Direitos Fundamentais.

Projeto 97



Iniciativa: Capacitação continuada dos servidores de TIC.	
Projeto:	Plano de Capacitação e Gestão de Competências dos Servidores de TIC.
Metodologia:	Observar o perfil dos servidores de TIC, identificar pontos a serem desenvolvidos de cada um, fazer um levantamento das demandas apontadas pelos atuantes da área, conciliar as demandas com as necessidades dos colaboradores para assim oferecer cursos de capacitação; os cursos devem ser, prioritariamente, à distância visando economicidade, melhor gerenciamento de tempo e maior eficiência.
Finalidade/Objetivo:	Promover o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da tecnologia da informação e comunicação.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Agregar mais valor à organização e ao indivíduo; o servidor desenvolve a capacidade de concretizar os objetivos propostos no prazo estipulado, tendo ainda a facilidade em sobressair-se perante dificuldades e conflitos; capacidade e disposição para liderar e representar com responsabilidade e comprometimento a sua área; capacidade de dominar e aplicar efetivamente os conhecimentos adquiridos.



Indicador: Índice de Absenteísmo – Doença

Meta: Manter abaixo de 1,60% ao ano o índice de absenteísmo.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025	2026:
1,82 em 2019	≤1,60%	≤1,60%	≤ 1,60%	≤1,60%	≤1,60%	≤1,60%
1,39 em 2020						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença.

Quem monitora: Divisão de Serviço Médico.

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: Sistema de Questionários do CNJ (Módulo Saúde).

Como medir:

Índice de absenteísmo = $\frac{\text{Dias de ausência por motivo de saúde (própria ou de familiar) de magist. e serv.}}{365 \times \text{Total de magistrados e servidores no final do período}}$

Indicador: Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho – PRQV.

Meta: Manter acima de 70% ano a força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Linha de Base: 68,84%	2021: ≥ 70%	2022: ≥ 70%	2023: ≥ 70%	2024: ≥ 70%	2025: ≥ 70%	2026: ≥ 70%
--	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho.

Quem monitora: Subcomitê de Logística Sustentável.

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: PLS – Jud, conforme glossário do anexo I da Res. CNJ n. 201/2015.

Como medir:

$PRQV = \frac{PQV}{FTT \times AQV} \times 100$

Indicador: Índice de Capacitação de Magistrados

Meta: Aumentar em 2%, em relação ao ano anterior, o índice de magistrados capacitados.

Linha de Base: 20%	2021: ≥ 22%	2022: ≥ 24%	2023: ≥ 26%	2024: ≥ 28%	2025: ≥ 30%	2026: ≥ 32%
---	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Tipo de Indicador: Eficiência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

O que mede: Percentual de magistrados capacitados (participantes que concluíram, ao menos, um curso de capacitação) em relação ao total de magistrados.

Quem monitora: Escola da Magistratura – ESMAM.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Escolas Judiciais – Enfam, Enamat e Enajum.

Como medir:

$$\text{ICapM} = \frac{\text{Total de magistrados capacitados}}{\text{Total de magistrados}} * 100$$

Indicador: Índice de Capacitação de Servidores.

Meta: Aumentar em 2% ao ano o índice de servidores capacitados em relação ao total de servidores.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
25%	≥27%	≥29%	≥31%	≥33%	≥35%	≥37%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: O percentual de servidores capacitados (participantes que concluíram o curso de capacitação) em relação ao total de servidores.

Quem monitora: Escola de Aperfeiçoamento do Servidor - EASTJAM.

Quando medir: Trimestralmente.



Onde medir: Ceajud/CNJ.

Como medir:

ICapS= Total de capacitados *100 / Total de servidores

Macrodesafio 2 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Iniciativas:

- Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias - recursos próprios, precatórios, entre outros;
- Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico;
- Aperfeiçoamento da gestão de custos e despesas, através de maior detalhamento e transparência das informações.

Projeto 98

Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias - recursos próprios, precatórios, entre outros; Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico; Aperfeiçoamento da gestão de custos e despesas, através de maior detalhamento e transparência das informações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Projeto:	Alinhamento dos Recursos Financeiros com as Estratégias do TJAM.
Metodologia:	Implantar sistemática de Gestão de Recursos por Projetos; Priorizar a 1ª Instância na destinação dos recursos orçamentários e as iniciativas estratégicas; alinhar as contratações com o portfólio estratégico e amparadas por disponibilidade orçamentária.
Finalidade/Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Garantir a disponibilização de recursos orçamentários para o desenvolvimento das ações, metas e projetos institucionais, priorizando a sua aplicação para o cumprimento do Plano Estratégico.

Projeto 99

Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias- recursos próprios, precatórios, entre outros.

Projeto:	Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Próprios.
Metodologia:	Pesquisa e monitoramento de editais de ofertas de recursos para projetos, acompanhamento e negociação de emendas legislativas, criação de novas fontes de receitas utilizando os recursos que o Tribunal dispõe, cursos de capacitação sobre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	captação de recursos, atualização das custas e emolumentos, aprimoramento e ampliação dos leilões.
Finalidade/Objetivo:	Ampliar e diversificar as fontes de recursos através de monitoramento, acompanhamento, criação e captação de recursos.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Ampliar e diversificar as fontes de recursos.

Indicadores

Indicador: Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias – IDOB

Meta: Manter em até 90% ao ano o índice de dotações para despesas obrigatórias.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
89,29%	≤90%	≤90%	≤90%	≤90%	≤90%	≤90%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Percentual de comprometimento dos recursos aprovados na lei orçamentária com as despesas obrigatórias, revelando, por consequência, as restantes disponibilizadas para as despesas sobre as quais a administração tem discricionariedade na utilização.

Quem monitora: Divisão de Orçamento e Finanças.



Quando medir: Anualmente pelo CNJ, após a publicação da lei orçamentária. Estima-se o mês de abril como prazo final para a apuração.

Onde medir: Dados apurados pelo CNJ.

Como medir:

$$IDOb = \frac{DOb}{DIn} * 100$$

DOb – Dotação Inicial na Lei Orçamentária Anual para despesas obrigatórias; e
DIn – Dotação Inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual.

**Indicador: Índice de Execução das Dotações para Despesas
Discricionárias – IEDD**

Meta: Aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para despesas discricionárias.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
72,47%	≥75,47%	≥78,47%	≥81,47%	≥84,47%	≥87,47%	≥90,47%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: O grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento e em créditos adicionais e destinadas às despesas discricionárias. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com o grau de acerto da administração nas priorizações feitas pela administração por ocasião da elaboração da proposta orçamentária.

Quem monitora: Divisão de Orçamento e Finanças.



Quando medir: Anualmente pelo CNJ após o encerramento do exercício. Estima-se o mês de abril como prazo final para a apuração.

Onde medir: Dados apurados pelo CNJ.

Como medir:

$$IEDD = \frac{EDD}{DD} * 100$$

EDD – Montante empenhado de dotações para despesas discricionárias; e DD – Dotação atualizada para despesas discricionárias.

Indicador: Índice de Execução das Dotações para Projetos – IEP.

Meta: Aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para projetos.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
72,03%	≥75,03%	≥78,03%	≥81,03%	≥84,03%	≥87,03%	≥90,03%

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: O grau de aproveitamento das dotações para despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos. O percentual de execução desses recursos no exercício relaciona-se com a capacidade da administração de executar seus investimentos e o acerto nas prioridades.

Quem monitora: Divisão de Orçamento e Finanças.



Quando medir: Anualmente pelo CNJ após o encerramento do exercício. Estima-se o mês de abril como prazo final para a apuração.

Onde medir: Dados apurados pelo CNJ.

Como medir:

$$IEP = \frac{EDP}{DP} * 100$$

EDP – Montante empenhado de dotações para projetos; e DP – Dotação atualizada para despesas com projetos.

Macrodesafio 3 – Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Iniciativas:

- Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades;
- Aprimorar cultura de Governança de TIC.



- Aprimorar a infraestrutura de comunicação;
- Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados;
- Integrar os sistemas administrativos;
- Aprimorar os sistemas judiciais;
- Melhoria nos sistemas de monitoramento e controle de resultados (*dashboards*).

Projeto 100

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades.

Projeto:	Renovação do parque computacional do TJAM de acordo com as diretrizes estabelecidas no ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021) (notebooks, nobreaks, baterias, computadores, monitores e equipamentos afins).
Metodologia:	Realizar a atualização do parque computacional do TJAM em consonância aos seguintes documentos: ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021), planejamento estratégico do TJAM, planejamento estratégico de TIC do TJAM (PETIC).
Finalidade/ Objetivo:	Substituir, paulatinamente, equipamentos antigos por novos, de forma a eliminar custos de manutenção e atualizações; Eliminar ou mitigar <i>downtimes</i> com o parque de equipamentos atualizado com bons equipamentos, assegurando que todos os recursos e funcionalidades estarão sempre disponíveis ao público interno e externo do TJAM.; Fortalecer a segurança, uma vez que a atualização da tecnologia aumenta a segurança da informação e fortalece esse fator. Por meio dela é possível garantir que todos os dados estejam armazenados sem



	correrem o risco de serem divulgados por um ataque malicioso.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Garantir a atualização contínua dos recursos tecnológicos que maximizem a celeridade e qualidade na prestação jurisdicional ao público externo do TJAM, bem como garanta ao público interno do TJAM condições de trabalho adequadas ao cumprimento de suas atividades.

Projeto 101

Iniciativa: Aprimorar a infraestrutura de comunicação.

Projeto:	Expansão da Telefonia VoIP das Comarcas Capital e Interior
Metodologia:	Este projeto apresentará primeiramente o estudo do sistema existente no TJAM, detalhando a configuração da atual rede e os equipamentos existentes. Em um segundo momento, analisaremos as interações necessárias para conexão da tecnologia atual com a proposta neste Projeto. Elementos como: QoS, Banda disponível, velocidade de upload, TTL, latência etc. não fazem parte de projetos de telefonia convencional, porém, para garantir o sucesso na implementação do VoIP é necessário que todos estes itens, e outros mais, sejam bem calculados e integrados. Em seguida um estudo será realizado, para quantificar a necessidade de ramais nos fóruns da capital e interior, e com isso, quantificar também os equipamentos necessários para implementação da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	nova rede. A implantação do sistema não deve acontecer antes da apresentação do projeto devido a diversos fatores que dependem de fatores externos. O projeto não contempla a implantação e validação do sistema.
Finalidade/ Objetivo:	O objetivo geral do projeto é propor uma solução de baixo custo para a grande demanda por novos ramais no TJAM, utilizando a tecnologia VoIP, incluindo o estudo da tecnologia, dos equipamentos necessários e o projeto da rede.
Resultados Esperados:	Utilizar a rede existente no TJAM para utilização de VoIP a fim de reduzir custo de telefonia de todas as comarcas do Amapá.

Projeto 102

Iniciativa: Aprimorar a infraestrutura de comunicação.

Projeto:	Implantação de Rede Wifi Corporativa TJAM.
-----------------	--



Metodologia:	A metodologia sugerida seria a de Site Survey, que consiste na análise de redes ajudando a identificar problemas de performance possibilitando que sejam corrigidos. Ela deve ser aplicada durante a implementação da infraestrutura wireless para validar o projeto e evitar que algum erro cometido durante a fase de planejamento, evitando problemas futuros. Nessa etapa, são realizados testes para analisar diversos fatores, como a intensidade do sinal, a velocidade de conexão e a presença de interferências que possam atrapalhar o desempenho da rede em todas as áreas escolhidas para o projeto. É importante que o Site Survey seja feito por profissionais capacitados, para que a metodologia seja aplicada de forma adequada.
Finalidade/ Objetivo:	Redução nos custos de manutenção e aquisição de novos pontos de rede no TJAM, bem como, não ter mais retrabalho sempre que uma sala mudar de posições.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Garantir mobilidade; as redes wireless podem ser acessadas por meio de computadores e dispositivos móveis; Reduzir custos; O custo total de implantação de uma infraestrutura wireless pode sair mais barato do que uma rede cabeada, principalmente a longo prazo; Flexibilidade; As redes sem fio podem ser utilizadas em qualquer local, o que é muito útil no caso de lugares onde a conexão por cabos seria inviável.

Projeto 103

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Projeto:	Implantação de Certificados Digitais em Nuvem
-----------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	Pessoa Física.
Metodologia:	Para obter um certificado digital pessoa física em nuvem, é necessário procurar uma Autoridade Certificadora e realizar os procedimentos já conhecidos para a emissão de um certificado digital. Além disso, se o interesse da organização é voltado para seus colaboradores, é importante conscientizá-los sobre a mudança da cultura interna e assim romper com os modelos tradicionais.
Finalidade/Objetivo:	Promover mais agilidade, segurança e mobilidade nos processos de validação de documentos virtuais, já que estes estarão disponíveis por meio de quaisquer dispositivos que se conectem à Internet.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Praticidade; acessibilidade; despreocupação com perda, roubo ou danos físicos de objetos como smartcards e tokens, já que não se faz necessário o uso; maior custo-benefício gerados pela redução de gastos com equipamentos e logística; elevado padrão de segurança; garantia de rastreabilidade; backup disponível; eficiência.

Projeto 104

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Projeto:	Melhoria da Infraestrutura e Segurança de TIC das Comarcas do TJAM.
-----------------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	Realizar a evolução e fortalecimento contínuos das políticas e práticas de segurança da informação e proteção de dados do TJAM em consonância aos seguintes documentos: ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021); planejamento estratégico de TIC do TJAM (PETIC); Resolução CNJ 360/2020, que determina a adoção do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ); Resolução CNJ 361/2020, que determina a adoção de Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPICiber/PJ); Resolução CNJ 362/2020, que institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ)
Finalidade/ Objetivo:	Estabelecer as regras gerais de utilização dos recursos do ambiente de Tecnologia da Informação (TI), com vistas à proteção contra ameaças internas e externas, com base nos princípios da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Se espera conseguir uma infraestrutura robusta capaz de suportar a demanda do TJAM, e também está em conformidade com todas as determinações das instâncias superiores a fim de tornar toda instituição mais segura e confiável.

Projeto 105



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades.	
Projeto:	Implantação de Ilhas de Impressão.
Metodologia:	Entrar em contato com uma empresa especializada em terceirização de impressões. Para uma melhor análise das necessidades e sempre visando o custo-benefício, fazer o levantamento de requisitos como o volume de impressão e custos atuais com a produção de documentos, necessários no ambiente de trabalho e, a partir disso, escolher a solução mais adequada e viável para a organização. Implantar e configurar equipamentos e softwares. Oferecer treinamento direcionado para aqueles que irão operar as impressoras. Acompanhar e gerenciar serviços no ambiente de produção buscando melhorar continuamente o processo de impressão.
Finalidade/ Objetivo:	Alocar impressoras, scanners e outros equipamentos relacionados à impressão e digitalização em setores estratégicos e compartilhados da organização, visando à eficiência do serviço e à economia dos insumos.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Redução de custos; dispensa de licitações para adquirir produtos; maior produtividade, eficiência, qualidade e disponibilidade dos recursos de impressão; manutenção e suporte padronizados; atualização tecnológica do parque de impressão.



Projeto 106

Iniciativa: Integrar os Sistemas Administrativos.

Projeto:	Virtualização das atividades realizadas tradicionalmente de modo físico/presencial TJAM (leilões, biblioteca, cursos).
Metodologia:	Aquisição de Software, a aquisição de software requer modelos claros de gerenciamento e o estabelecimento de um conjunto de orientações que possam ser compiladas para facilitar a elaboração de editais técnicos, referenciando normas, padrões e cláusulas técnicas que sejam aplicáveis aos contratos, é uma atividade imprescindível para apoiar o processo de aquisição de recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Logo, a partir das observações feitas sobre o processo de aquisição de software, verificou-se que uma série de atividades são realizadas rotineiramente. A realização dessas atividades tem objetivos e metas bem definidos, são executadas em uma sequência quase padronizada, utilizando a capacidade e habilidade dos recursos da organização e o comprometimento das áreas envolvidas. Todos esses fatores em movimento definem o processo de aquisição.
Finalidade/ Objetivo:	O objetivo principal é a transparência da instituição para a sociedade, bem como a automatização dos processos que hoje são realizados de forma manual, desta forma, as atividades serão feitas de forma eletrônica dando maior celeridade ao processo.
Resultados Esperados/	Maior celeridade nas consultas, menor probabilidade de erro humano e maior facilidade no processo entre outros.



Pretendidos:	
---------------------	--

Projeto 107

Iniciativa: Integrar os Sistemas Administrativos.

Projeto:	Implantação de Sistema Administrativo Integrado.
Metodologia:	Aquisição de software e modelos para gerenciamento e estabelecimento de um conjunto de orientações que possam ser compiladas para facilitar a elaboração de editais técnicos, referenciando normas, padrões e cláusulas técnicas que sejam aplicáveis aos contratos. Realização de pesquisa sobre uma ferramenta que contemple as atividades do TJAM a fim de eliminar a necessidade do retrabalho por parte dos setores que trabalham com as mesmas informações, mas de forma independente. Cabendo a TI viabilizar a ferramenta e aos setores que irão utilizar a ferramenta avaliarem se a mesma atende as necessidades do seu setor, bem como de outros da instituição.
Finalidade/ Objetivo:	A finalidade é ter as informações de forma consistentes, em um único sistema, onde cada setor possa fazer sua atividade e não precisar movimentar ou até mesmo produzir algum documento para ser enviado para outro setor, na maioria das vezes apenas para informar alguma modificação no status de algum funcionário ou prestador de serviços.



Resultados Esperados/Pretendidos:	Maior celeridade nos processos, eliminação da inconsistência das informações e total integração entre os setores do TJAM
--	--

Projeto 108

Iniciativa: Melhoria nos sistemas de monitoramento e controle de resultados (*dashboards*).

Projeto:	Implantação de Sistemas de Gerenciamento de Projetos da DVTIC.
Metodologia:	Elaborar uma matriz SWOT para que o gerenciamento ocorra da melhor forma; analisar a rotina e o perfil de seus colaboradores, investir na capacitação destes; identificar as metas e demandas da equipe; promover alta segurança para executar processos e proteger informações com a implantação de sistemas; conferir previamente a compatibilidade do sistema antes de sua aplicação, sendo ideal que se opte por ferramentas na nuvem; apurar resultados para garantir que se alcance objetivos.
Finalidade/Objetivo:	Monitorar qualidades, tarefas e prazos da equipe como estratégia de garantir que os projetos alcancem o resultado esperado.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Redução do número de erros operacionais; cumprir prazos estipulados; melhoria dos indicadores de



	produtividade; maior integração da equipe.
--	--

Projeto 109

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Projeto:	Implantação de Controle Automatizado do Datacenter TJAM (Sala Segura).
Metodologia:	Utilizar frameworks e tecnologias confiáveis e seguras como por exemplo MQTT e Django para realizar a leitura de parâmetros (status de equipamentos, leitura de temperatura e umidade, etc) dos Datacenters bem como viabilizar a possibilidade de controle desses ambientes de forma remota (definição de temperatura, acionamento de tomadas etc).
Finalidade/ Objetivo:	Viabilizar maior rapidez e dinamismo na detecção e solução de eventuais problemas nos Datacenters, que hoje dependem de inspeção presencial de servidores - o que, por vezes, não é rápido o suficiente para evitar danos aos equipamentos quando da falha de sistemas de refrigeração, por exemplo - e também possibilitar que alguns procedimentos possam ser feitos de maneira remota, otimizando recursos disponíveis.



Resultados Esperados/Pretendidos:	Objetiva-se ter, ao fim do referido projeto, uma API modular de rápida configuração/restauração capaz de realizar a comunicação (envio e recebimento de comandos bem como atualização remota de firmware) com dispositivos IoT (internet das coisas) juntamente com uma aplicação Web reativa com controle de acesso e definição de perfis para o monitoramento e controle de Datacenters no TJAM.
--	--

Projeto 110

Iniciativa: Aprimorar os Sistemas Judiciais.

Projeto:	Evolução Contínua dos Sistemas Judiciais do TJAM.
Metodologia:	Realizar de forma contínua a adaptação dos sistemas judiciais do TJAM para as novas tecnologias, promovendo qualificação contínua de seu corpo técnico, bem como mantendo cooperação técnica com demais órgãos do judiciário.
Finalidade/Objetivo:	Atender a todas as evoluções necessárias do ponto vista tecnológico e processual, a fim de se ter aplicações atualizadas, seguras, intuitivas e ágeis.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Manter os sistemas judiciais do TJAM atualizados no que tange aos aspectos tecnológicos e melhores práticas de desenvolvimento de software, de forma a atender plenamente aos clientes internos e externos.

Projeto 111



Iniciativa: Aprimorar Cultura de Governança de TIC.	
Projeto:	Evolução Contínua dos Sistemas Desenvolvidos pelo SDS (Não Administrativos).
Metodologia:	Utilizar frameworks e tecnologias atuais para realizar a codificação e evolução contínua dos sistemas existentes e implementação de novos projetos
Finalidade/ Objetivo:	Evoluir de forma contínua os Sistemas Desenvolvidos pelo SDS, tendo como parâmetro o feedback dos usuários; viabilizar maior rapidez e dinamismo na codificação e solução de bugs nos sistemas, além de sua evolução natural e novas integrações.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Melhoria Contínua dos sistemas desenvolvidos hoje; Codificação de novas soluções para o TJAM; Integrações com outros sistemas.

Projeto 112

Iniciativa: Melhoria nos sistemas de monitoramento e controle de resultados (<i>dashboards</i>).	
Projeto:	Implantação do Processo de Inventário Integrado de Ativos de TIC (âmbito DVTIC).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Metodologia:	O objetivo constitui um apoio na interpretação e aplicação dos principais conceitos de gestão de ativos exclusivamente para o TJAM no que se refere a artigos referentes a TI e ou gerenciados por ela, sob a ótica dos principais requisitos prescritos na especificação ITIL e COBIT. Trata-se de um guia prático de orientação e interpretação de alguns dos requisitos deste referencial que não dispensa sua consulta e leitura atenta para a total compreensão do sistema de gestão.
Finalidade/ Objetivo:	O objetivo é utilizar uma única base de dados para o sistema de inventário, que deve ser alimentado pelo setor de patrimônio, onde o setor de TI deve ter acesso a essa base a fim de gerenciar recursos, gerar relatórios e outros afins referentes ao setor de TI, desta forma teremos uma base única de informação, descentralizada, consistente e de fácil gerenciamento.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Se espera um melhor controle dos ativos de TI, com informações consistentes, atualizações em tempo real, eliminando a necessidade de levantamento de dados de sala em sala a fim de localizar equipamentos que foram realocados, portanto, tendo a informação exata de localização e quantidade em uso em tempo real.

Projeto 113

Iniciativa: Aprimorar cultura de Governança de TIC.

Projeto:	Consolidação da Cultura de Governança e Gestão de TIC.
-----------------	--



Metodologia:	Induzir a mudança de cultura com estímulo ao empreendedorismo público, ao reconhecimento e meritocracia, à orientação a resultados e à atração, gestão e retenção de talentos. Profissionalizar a gestão, alocando nos cargos gerenciais os líderes capazes de desenvolver e mobilizar as equipes para os resultados que todos precisam. Da atuação em governança e gestão numa quantidade muito grande de organizações públicas, constatamos que aquelas que hoje se destacam positivamente demonstram pontos em comum e já conseguiram superar várias práticas arcaicas que prejudicavam o trabalho, os resultados e as pessoas. Algumas práticas de sucesso observadas: 1. Adoção de uma cultura de orientação aos resultados pela área de gestão de pessoas, superando aquele modelo de Departamento Pessoal da era Vargas, restrito ao registro e controle; 2. Adoção de critérios de competências para alocação nos cargos gerenciais, considerando formação e experiência, desempenho e potencial; Algumas práticas de sucesso observadas: 3. Adoção de políticas claras de reconhecimento do mérito e valorização das pessoas com tratamento diferenciado das equipes de desempenho exemplar, inclusive com carga horária diferenciada em função do alcance de metas coletivas e eliminação do estoque de processos;
---------------------	---



- | | |
|--|---|
| | <p>4. Ataque a processos arcaicos, repetitivos e até mesmo desnecessários, por meio da simplificação, eliminação de redundâncias e de tratamentos de exceção visando reduzir o retrabalho, para assim enriquecer a atividade das pessoas e aproveitar ao máximo o seu potencial;</p> <p>5. Eliminação de processos e atividades com regras automáticas e decisões programadas com foco na automação e no autosserviço pelo cidadão na internet, liberando mão-de-obra e eliminando a possibilidade de erro humano;</p> <p>6. Adoção plena de processo eletrônico nos processos finalísticos e de apoio, eliminando a movimentação física e toda a ineficiência inerente;</p> <p>7. Adoção de ajustes na dotação de pessoal baseadas em volume de trabalho e produtividade, com ciclo anual e imediato concurso de remoção permitindo a movimentação lateral dos excedentes das unidades que encolheram para as que aumentaram;</p> <p>8. Adoção de programas de formação de novos gestores ou de gestão da sucessão preparando a organização para suprir os cargos gerenciais com elevação do nível de competências, mitigando assim o risco da indicação de substitutos sem perfil, a partir do conhecimento técnico apenas.</p> |
|--|---|



Finalidade/Objetivo:	Prover nível de excelência em todos os setores do TJAM com a ajuda da Governança promovendo uma melhor gestão dos recursos, sejam eles humanos ou de TI.
Resultados Esperados/Pretendidos:	Melhor aproveitamento de pessoal, diminuição no número de processos, automatização de todos os processos possíveis, eliminação de possíveis erros humanos, melhor aproveitamento de recursos humanos.

Projeto 114

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Projeto:	Implantação da LGPD e Consolidação da Cultura de Segurança da Informação.
Metodologia:	As empresas são obrigadas a implementar as regras da LGPD, obter justificativas para restringir e armazenar adequadamente os dados pessoais de seus funcionários, usuários e contratados. Deve se: Mapear os processos de tratamento de dados; Designar uma pessoa responsável pelo cumprimento da LGPD; Preparar um registro de atividades descrevendo quais dados pessoais são tratadas no TJAM; Fazer análise de risco, ou seja, um relatório sobre o impacto das ameaças nos dados pessoais; Implantar políticas de segurança e proteção de dados pessoais.



Finalidade/ Objetivo:	O objetivo principal da LGPD é proteger os dados pessoais de pessoas físicas. O pressuposto da LGPD é regulamentar as regras sob as quais as empresas podem tratar os dados pessoais. As regras introduzidas pela LGPD destinam-se principalmente a proteger os usuários de utilização dos seus dados pessoais para fins diferentes daqueles para os quais eles concordaram.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Gerenciar uma base de dados unificada contendo as informações de dados pessoais de seus funcionários, usuários e contratados. Desta forma ficando mais fácil a proteção, gerência e geração de relatórios.

Projeto 115

Iniciativa: Aprimorar Cultura de Governança de TIC.

Projeto:	Aprimoramento Contínuo do Processo de Aquisições e Contratações de TIC.
Metodologia:	Os serviços de apoio à Governança de TI terão como objetivo diagnosticar, avaliar e monitorar a utilização da TIC no TJAM, de forma a possibilitar a reestruturação dos processos e métodos pertinentes, dentre outros, ao Gerenciamento de Projetos de TIC, Portfólio de TIC, Investimento de TIC, Recursos Financeiros/Orçamentários de TIC, conformidade de Contratações de TIC, Governança de TIC e Gestão de Riscos de TIC, analisando os riscos destes e suportando às áreas responsáveis pela gestão, no intuito de gerar informações para a Governança de TIC, com as suas definições, métricas e fluxos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

	de trabalho alinhados com as definições estratégicas, táticas e operacionais relacionadas à consolidação do PDTI, com uso de Solução de Governança de TI, visando a automatização dos Processos de TI da área de Tecnologia da Informação.
Finalidade/ Objetivo:	Estabelecer um padrão de excelência em todas as atividades que de alguma forma estão ligadas a TI do TJAM, padronizando ações e processos a fim de evitar erros e melhorando de forma contínua as atividades.
Resultados Esperados/ Pretendidos:	Diminuição na quantidade de erros nas documentações referentes, diminuição na quantidade de atividades no processo, diminuição no tempo do processo, aprimoramento das atividades, excelência no processo, entre outros.

Indicadores

Indicador: Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - IGOVTIC-JUD

Meta: Manter acima de 0,95 ao ano a pontuação alcançada na apuração do IGovTIC-JUD, conforme Resolução CNJ n.370/2021.

Linha de Base:	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
0,96	≥ 0,95	≥ 0,95	≥ 0,95	≥ 0,95	≥ 0,95	≥ 0,95

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Pontuação alcançada na última apuração do IGovTIC-JUD, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e



Comunicação do CNJ.

Quem monitora: Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação – DVTIC.

Quando medir: Anualmente.

Onde medir: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ.

Como medir: Conforme Resolução CNJ n. 370/2021.

Indicador: Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total.

Meta: Manter em 100% o total de casos eletrônicos em relação ao acervo total.

Linha de	2021:	2022:	2023:	2024:	2025:	2026:
Base:	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%	≥ 100%
100%						

Tipo de Indicador: Eficiência.

O que mede: Total de casos eletrônicos em relação ao acervo total.

Quem monitora: Divisão de Tecnologia da Informação – DVTIC.

Quando medir: Trimestralmente.

Onde medir: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (Datajud), segundo parametrização do Justiça em Números.



Como medir:

$$ICele = \frac{\text{Casos pendentes eletrônicos}}{\text{Casos pendentes}}$$



PROTÓTIPO ELABORADO PELA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

SUPERVISIONADO POR:

Marcia Rizzato – Diretora da Divisão de Planejamento

COORDENADO POR:

Bruno Oliveira de Souza – Chefe de Setor

Maria Eleonora Castelo Branco – Chefe de Setor

APOIO:

José Edson Ferreira Nunes Júnior - Coordenador do Núcleo de Estatística